

Brasil em números: vista aérea

Estatísticas do século XX, IBGE

Furtado, 26-30

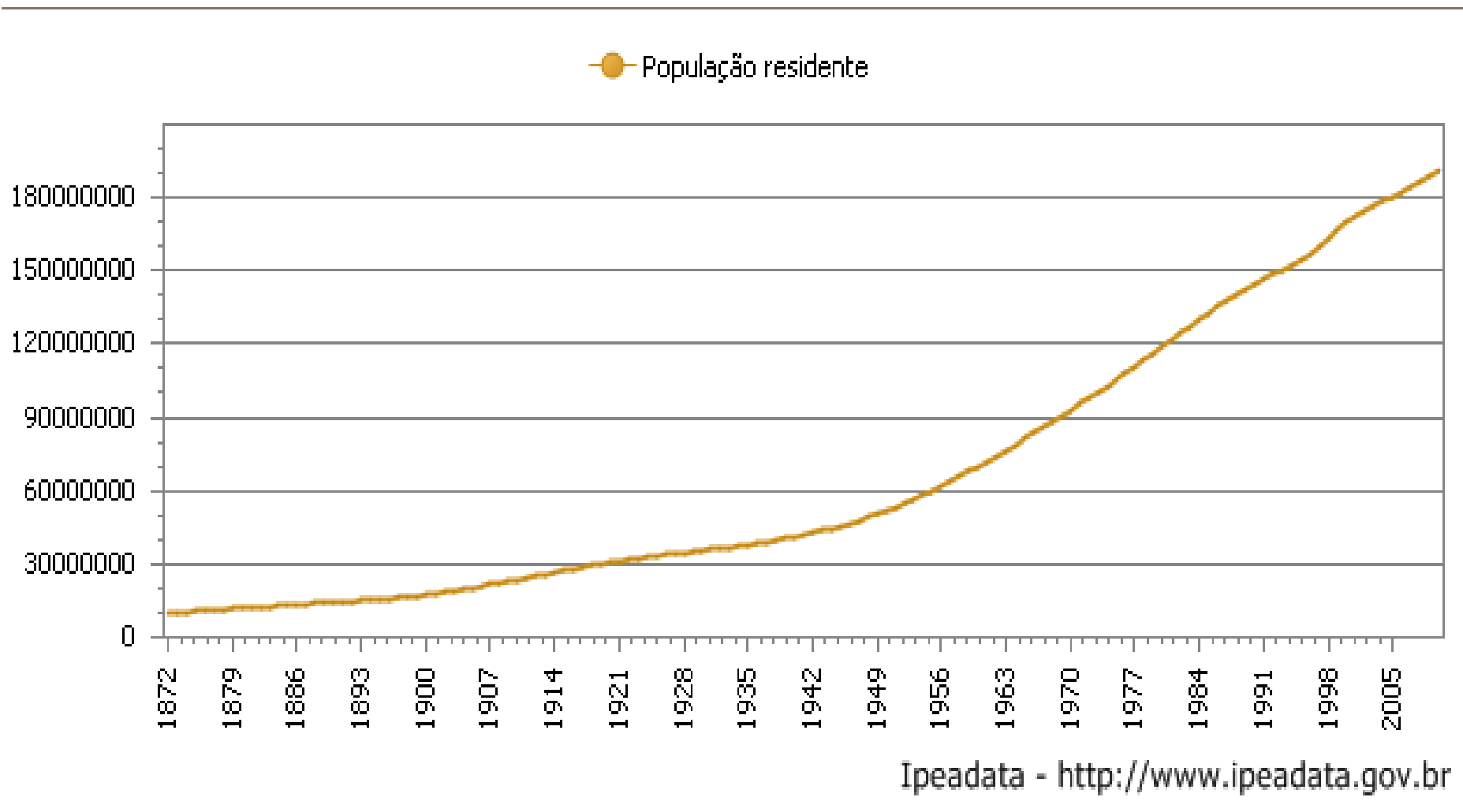
Abreu, 1 e 2 ou Abreu, FGV

Ipeadata

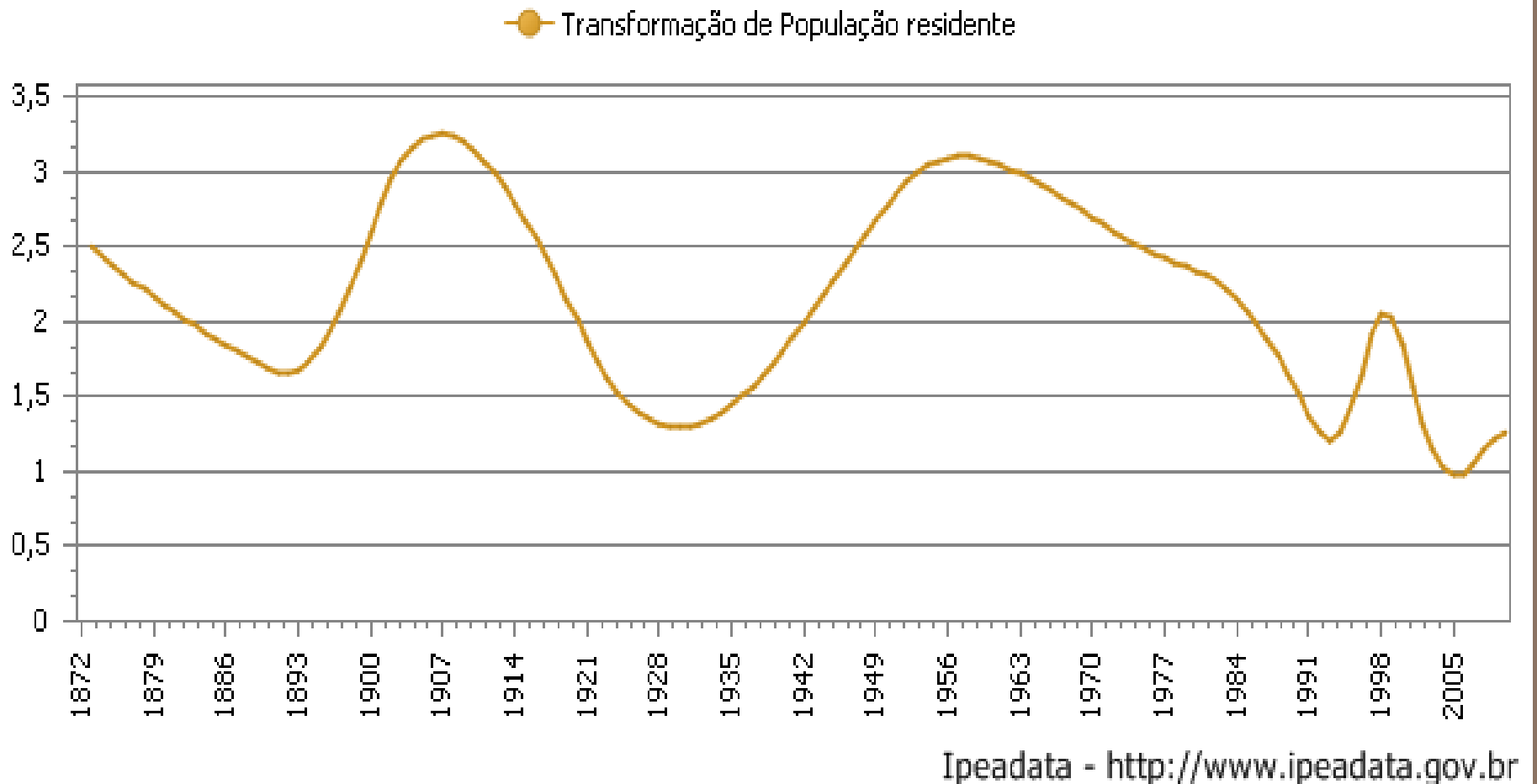
Introdução

1. Demografia no século XX
2. Crescimento no século XX
3. Herança colonial
4. Industrialização

1 – Demografia

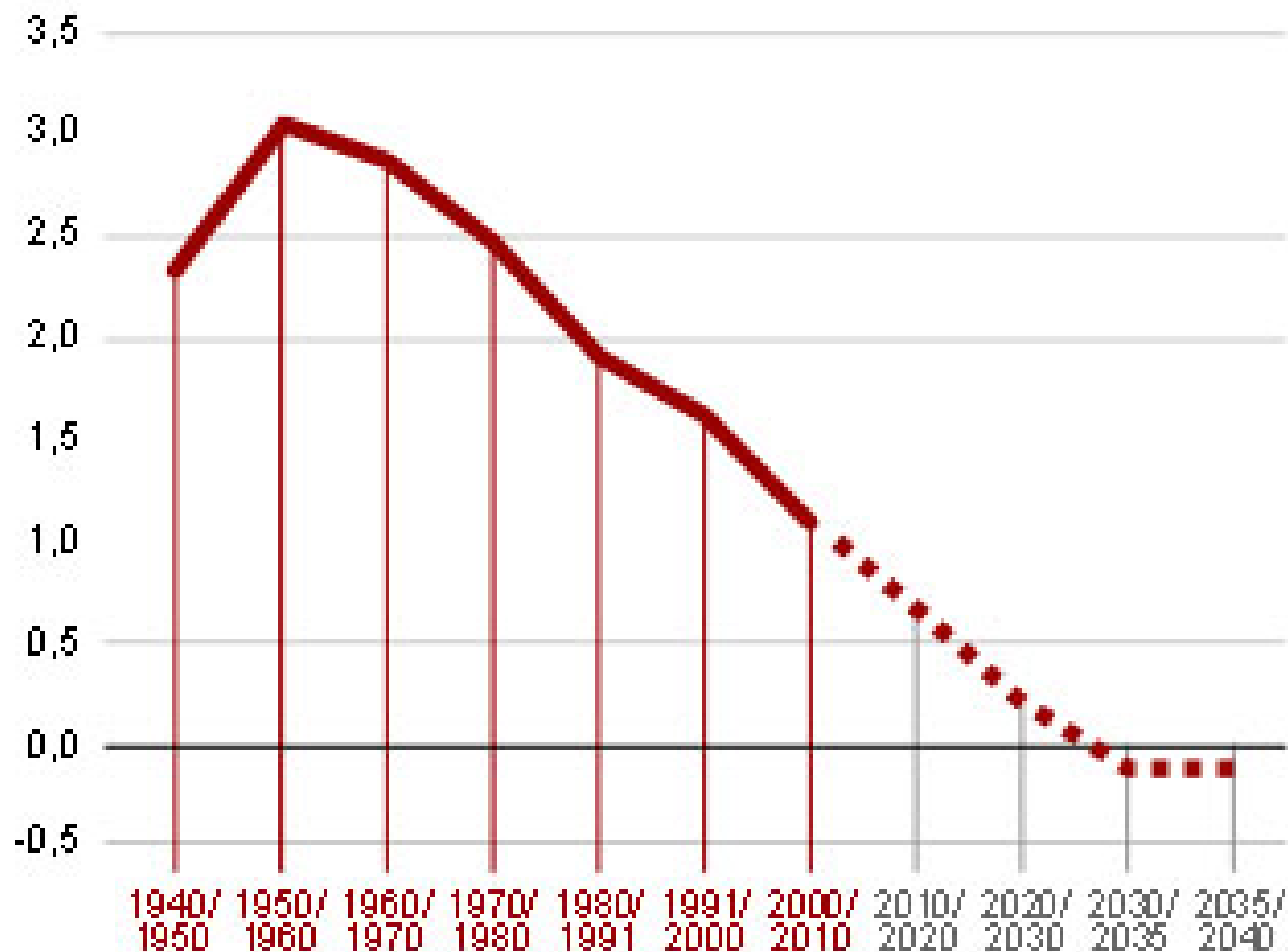


Crescimento populacional



Taxa de crescimento da população brasileira

De 1940 a 2040



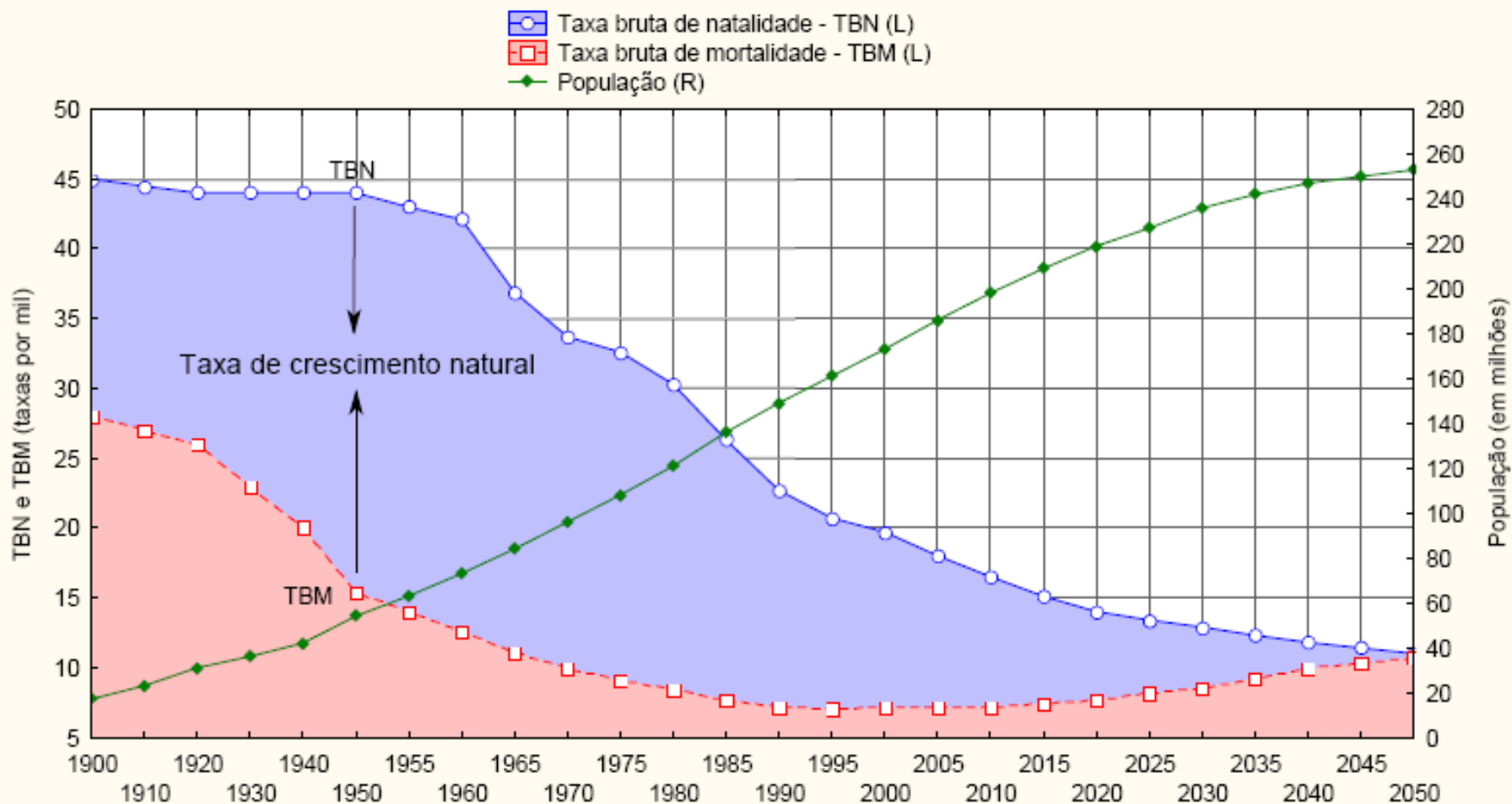
FONTE: IBGE/CENSOS DEMOGRÁFICOS/ELABORAÇÃO DOS AUTORES

Componentes do crescimento

- Saldo migratório líquido
Imigrantes - Emigrantes
- Crescimento vegetativo
Taxa de natalidade – Taxa de mortalidade
- Mudança de regime demográfico
 - 1 - elevada natalidade e mortalidade
 - 2 - reduzida natalidade e mortalidade
- Transição pode elevar o crescimento

Transição Demográfica

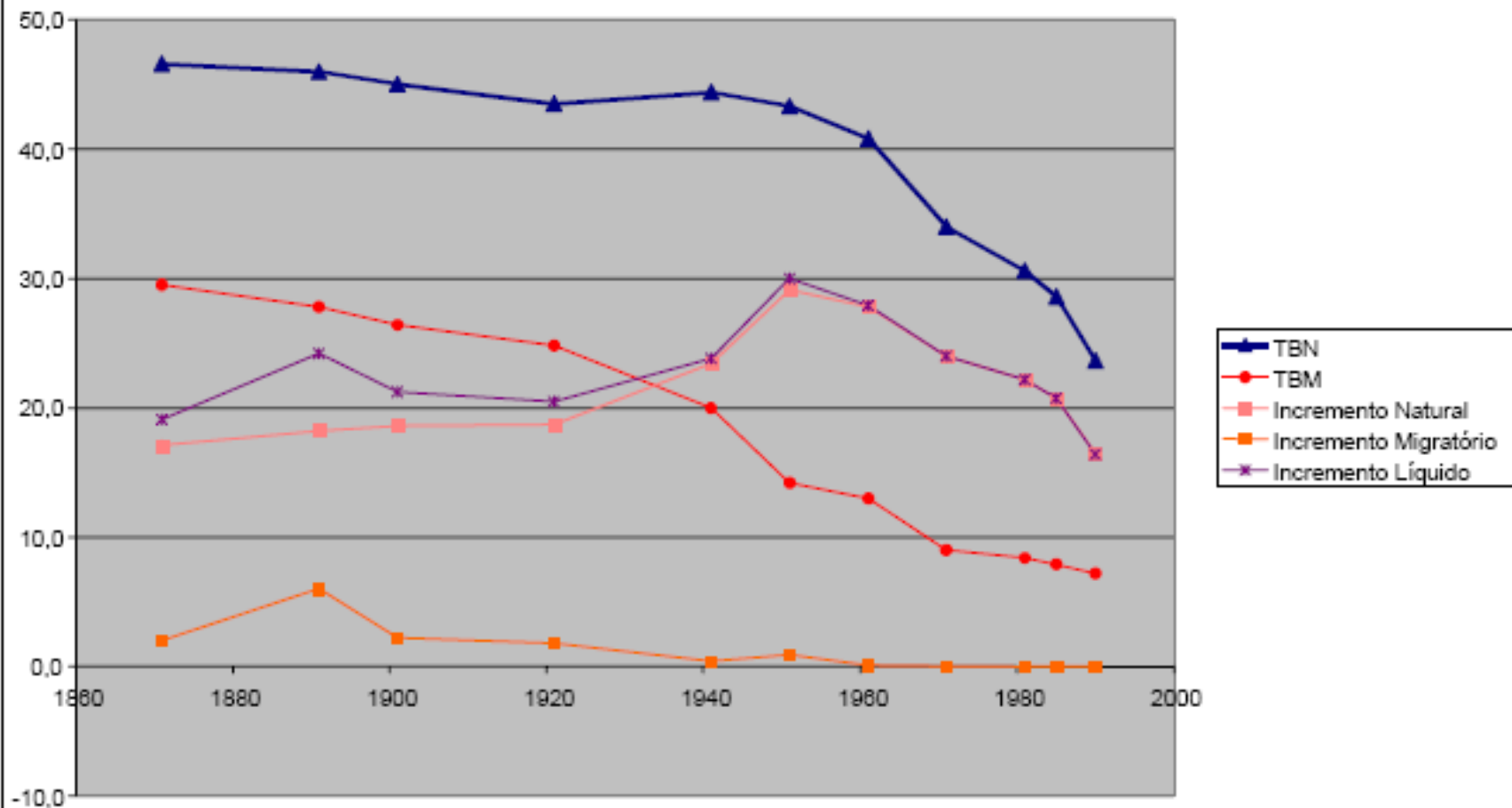
Gráfico 3 - Transição demográfica no Brasil: 1900-2050



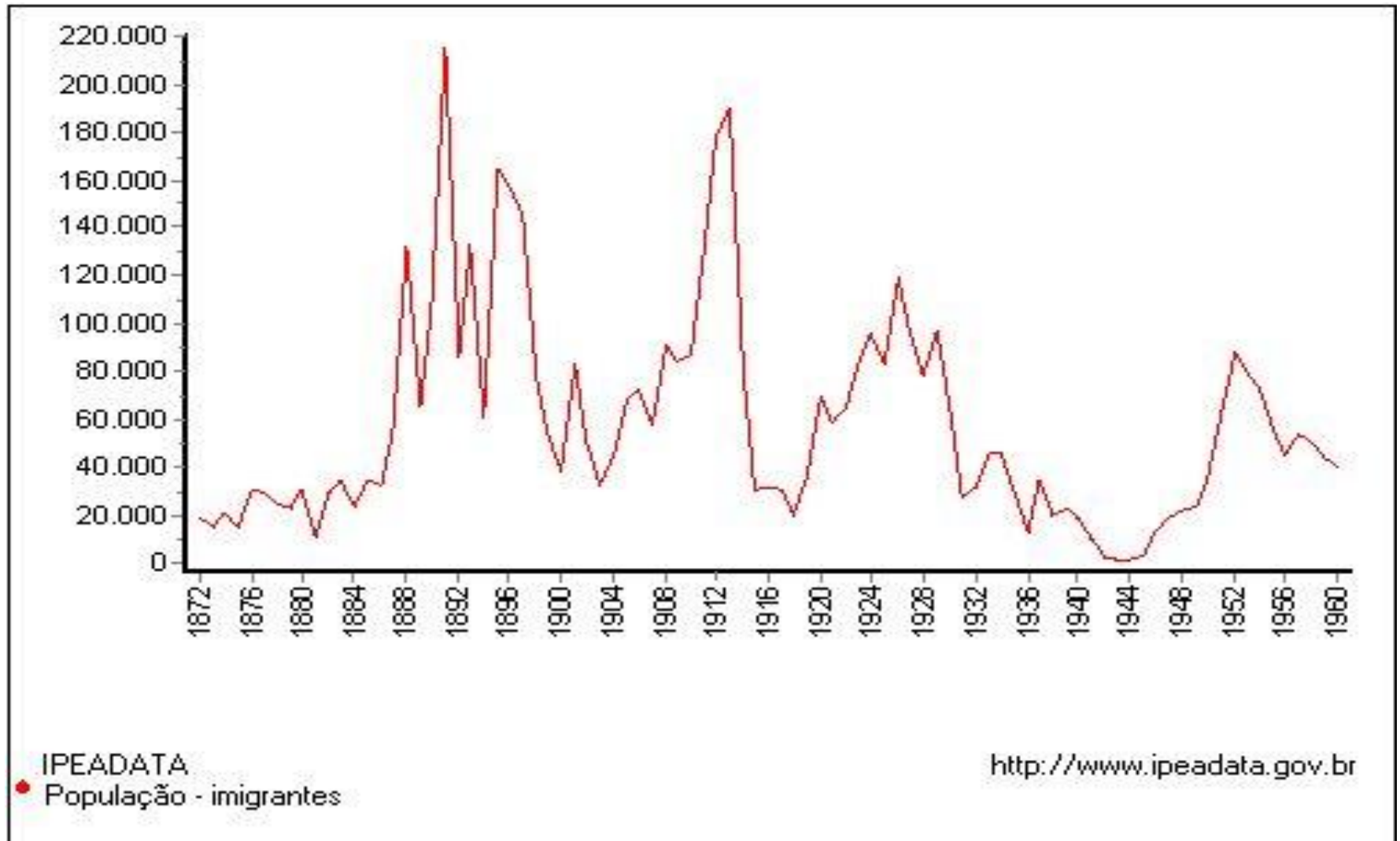
Fonte: ONU - <http://esa.un.org/unpp> - visitado em 18 de janeiro de 2006

Gráfico 1

Componentes da Dinâmica Demográfica da População Brasileira — 1860/2000



Imigração estrangeira



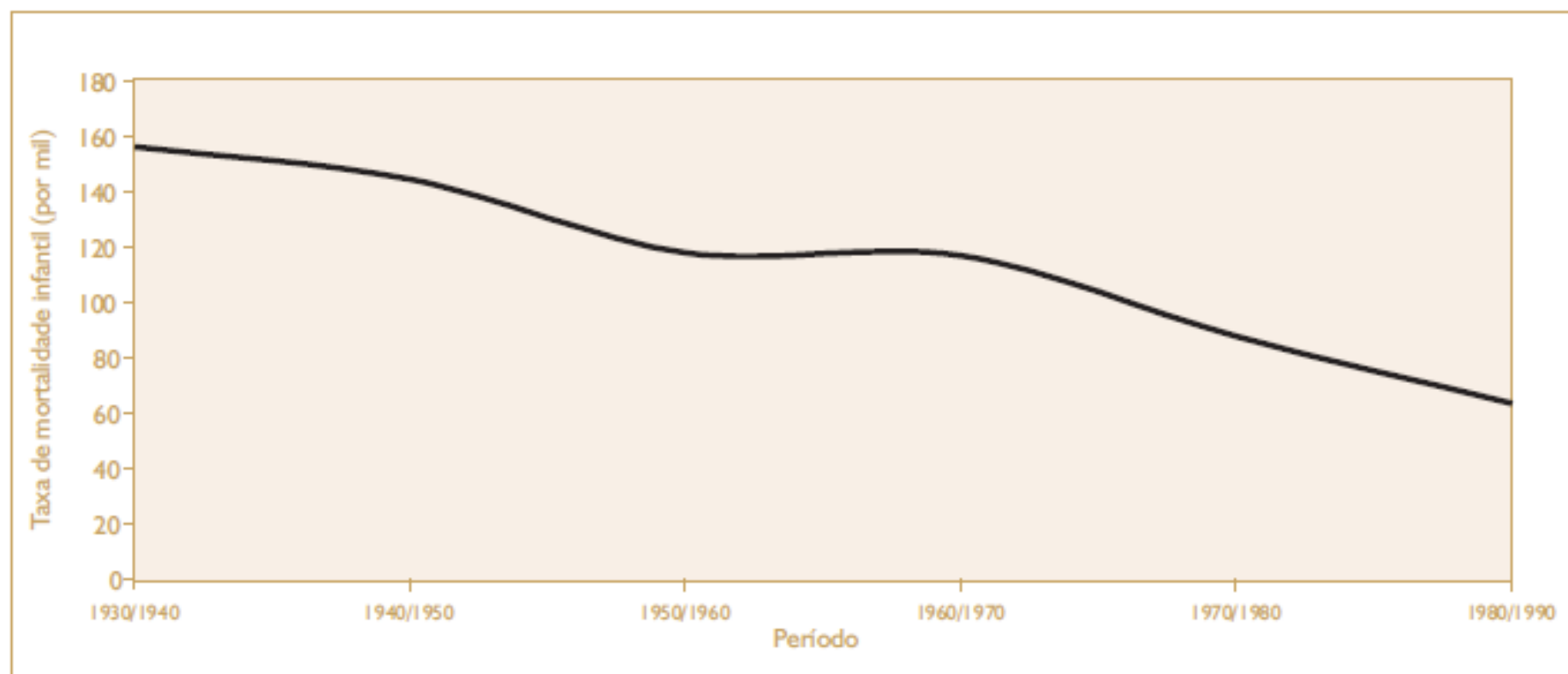
Imigrantes por nacionalidade

TABELA A

Proporção de população estrangeira no Brasil, segundo as principais nacionalidades, nos censos de 1920, 1940, 1950 e 1970

Censos	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses	Outros	Total
1920	27,69	35,66	13,99	3,38	1,79	17,50	100,00 1565961
1940	27,04	23,13	11,42	6,90	10,28	21,23	100,00 1406342
1950	27,75	19,96	10,84	5,42	10,64	25,39	100,00 1213974
1970	35,63	12,43	10,59	4,21	12,53	24,61	100,00 1229122

Gráfico 6 - Evolução da mortalidade infantil - Brasil - 1930/1990



Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1990. Rio de Janeiro: IBGE, v. 50, 1990.

Redução da fecundidade

TABELA 6:

IBGE

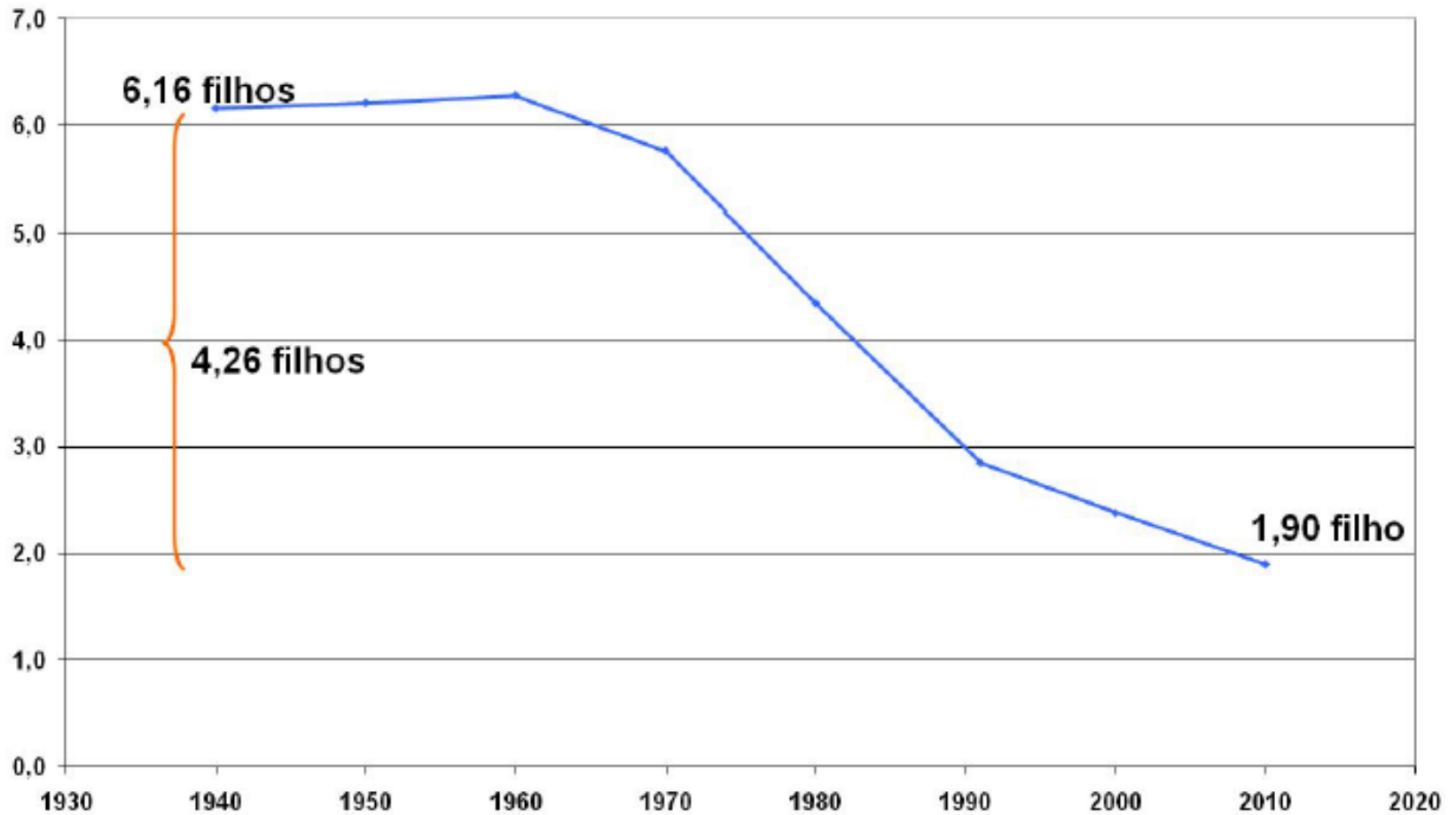
Taxas de fecundidade total Brasil e Grandes Regiões - 1940-2000

Brasil e Grandes Regiões	Anos Censitários						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Brasil	6,2	6,2	6,3	5,8	4,4	2,9	2,3
Norte	7,2	8,0	8,6	8,2	6,4	4,2	3,2
Nordeste	7,2	7,5	7,4	7,5	6,2	3,7	2,6
Sudeste	5,7	5,5	6,3	4,6	3,5	2,4	2,1
Sul	5,7	5,7	5,9	5,4	3,6	2,5	2,2
Centro-Oeste	6,4	6,9	6,7	6,4	4,5	2,7	2,2

Fonte: Censo demográfico 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991; Censo demográfico 2000 - fecundidade e mortalidade infantil - resultados preliminares da amostra.

FONTE: IBGE – Powerpoint resultados preliminares da amostra CD 2000.

Taxa de fecundidade total - Brasil 1940-2010



Fonte: IBGE

ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Em no máximo 40 anos, a pirâmide etária brasileira será semelhante à da França hoje

PIRÂMIDE ETÁRIA BRASIL 2010

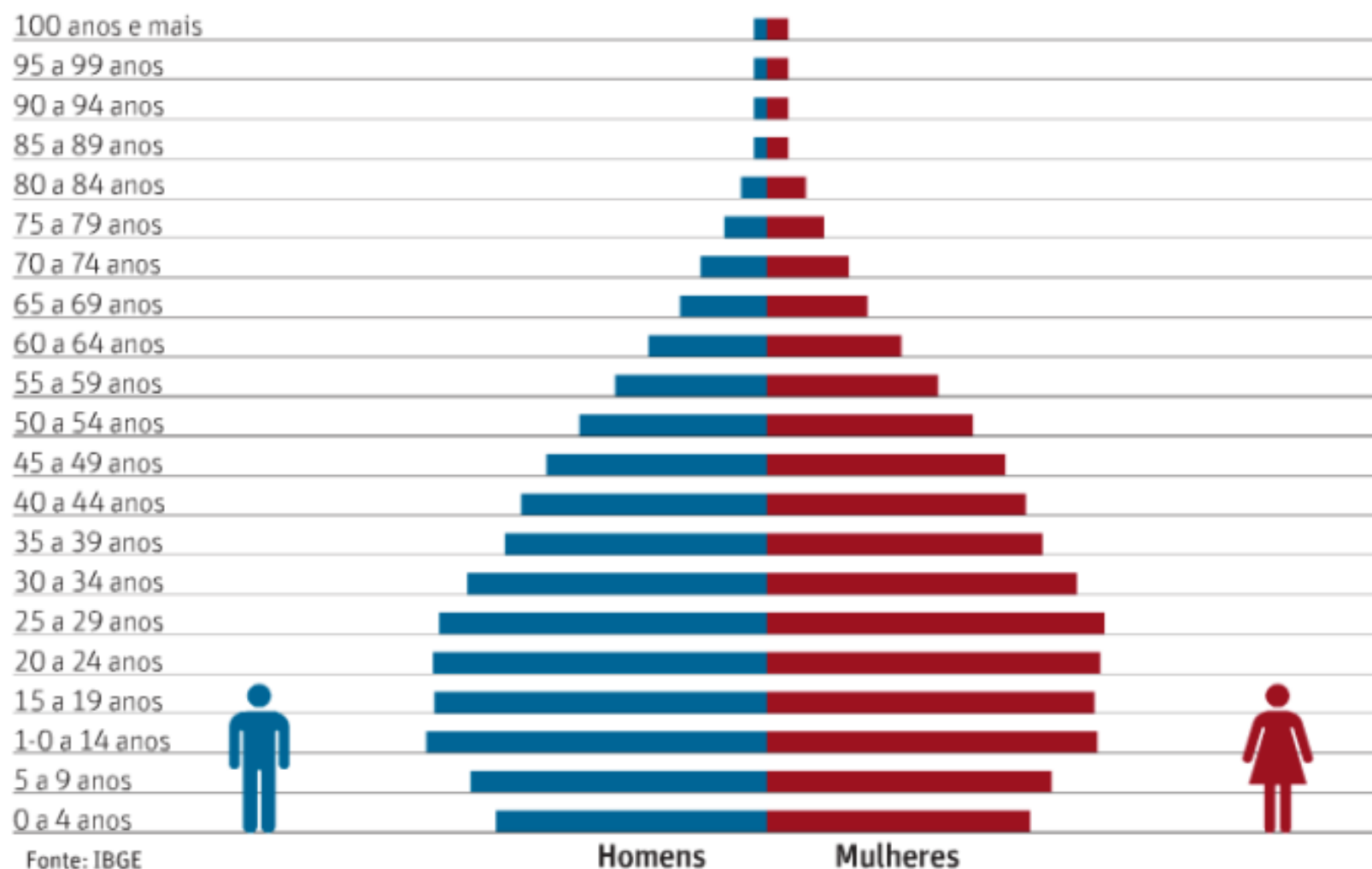
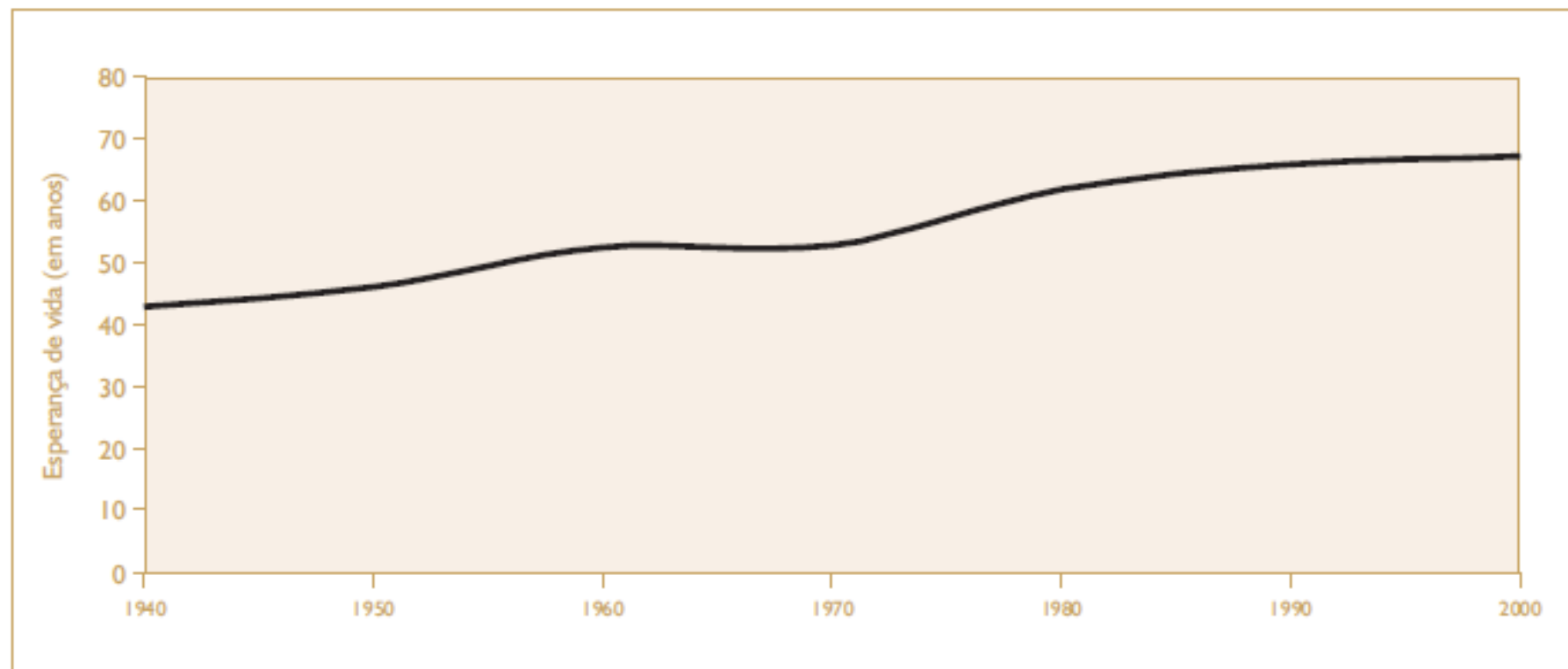


Gráfico 4 - Evolução da esperança de vida ao nascer - Brasil - 1940/2000

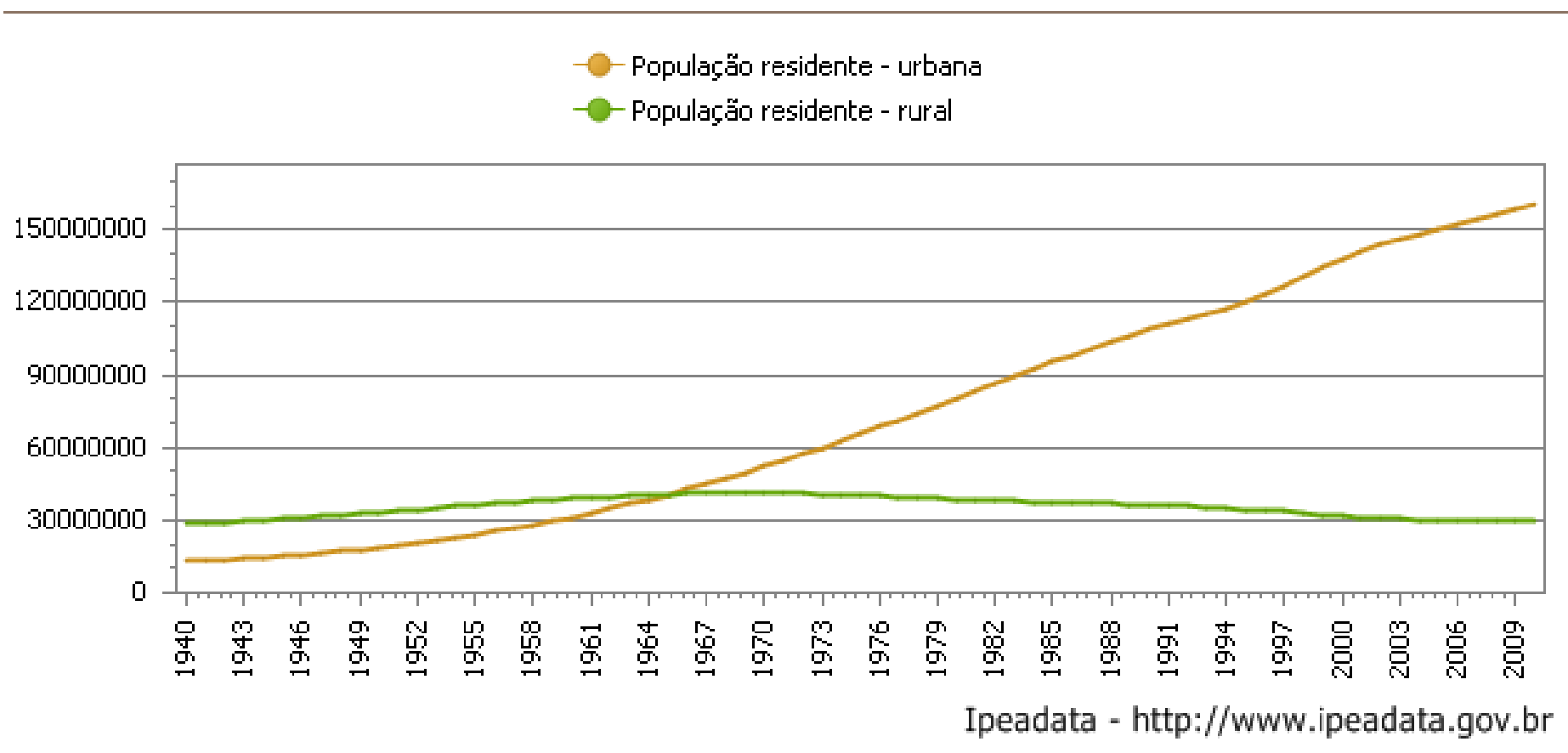


Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1990. Rio de Janeiro: IBGE, v. 50, 1990; Anuário estatístico do Brasil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, v. 58, 1999.

Tabela 13 - Esperança de vida ao nascer e taxa de mortalidade infantil para ambos os sexos - Brasil - 1980/2011

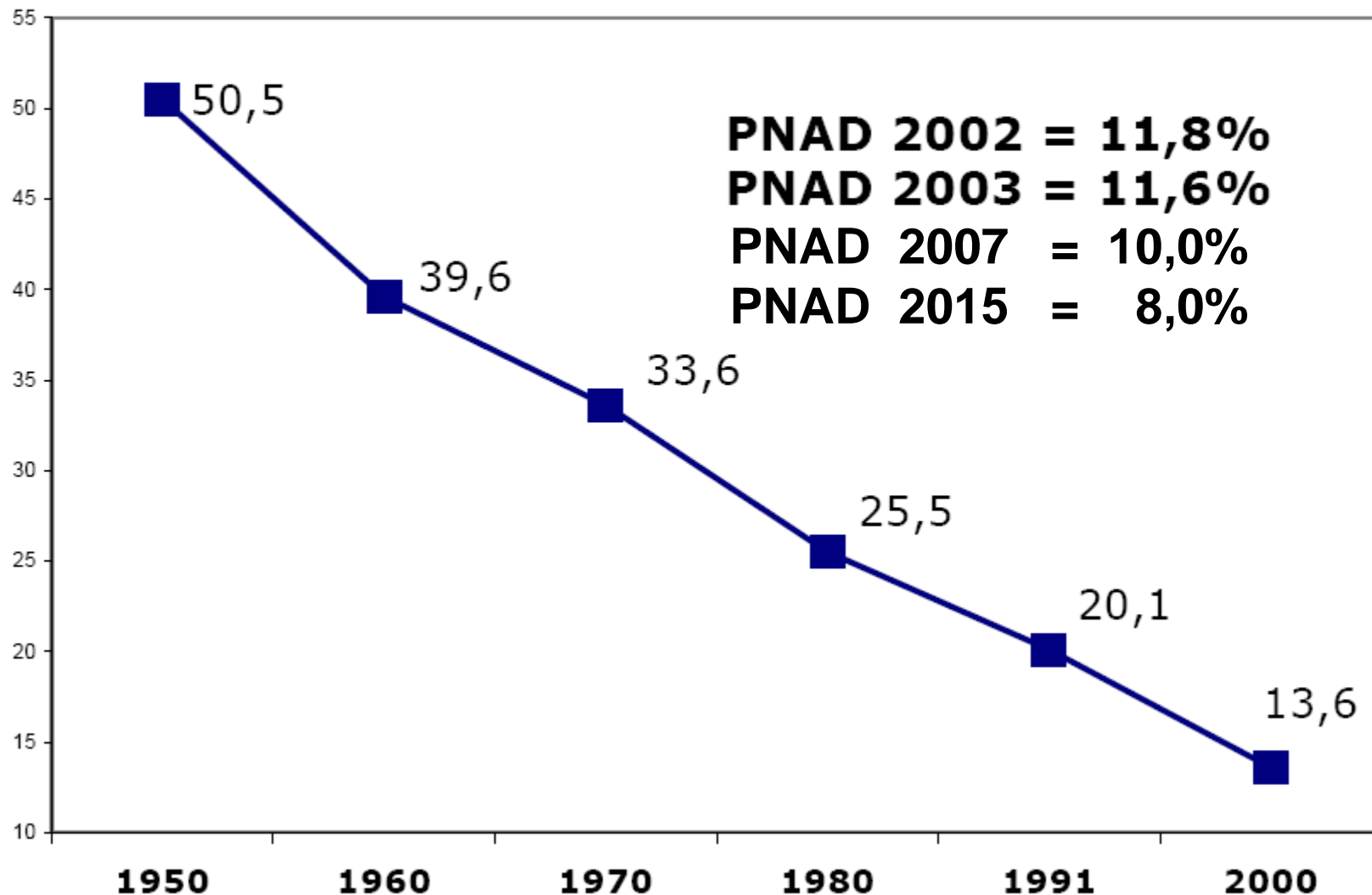
ANOS	ESPERANÇAS DE VIDA AO NASCER	TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL (‰)
1980	62,5	69,1
1991	66,9	45,1
2000	70,4	30,1
2010	73,8	16,7
2011	74,1	16,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2010



Educação

Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais Brasil - 1950 a 2000



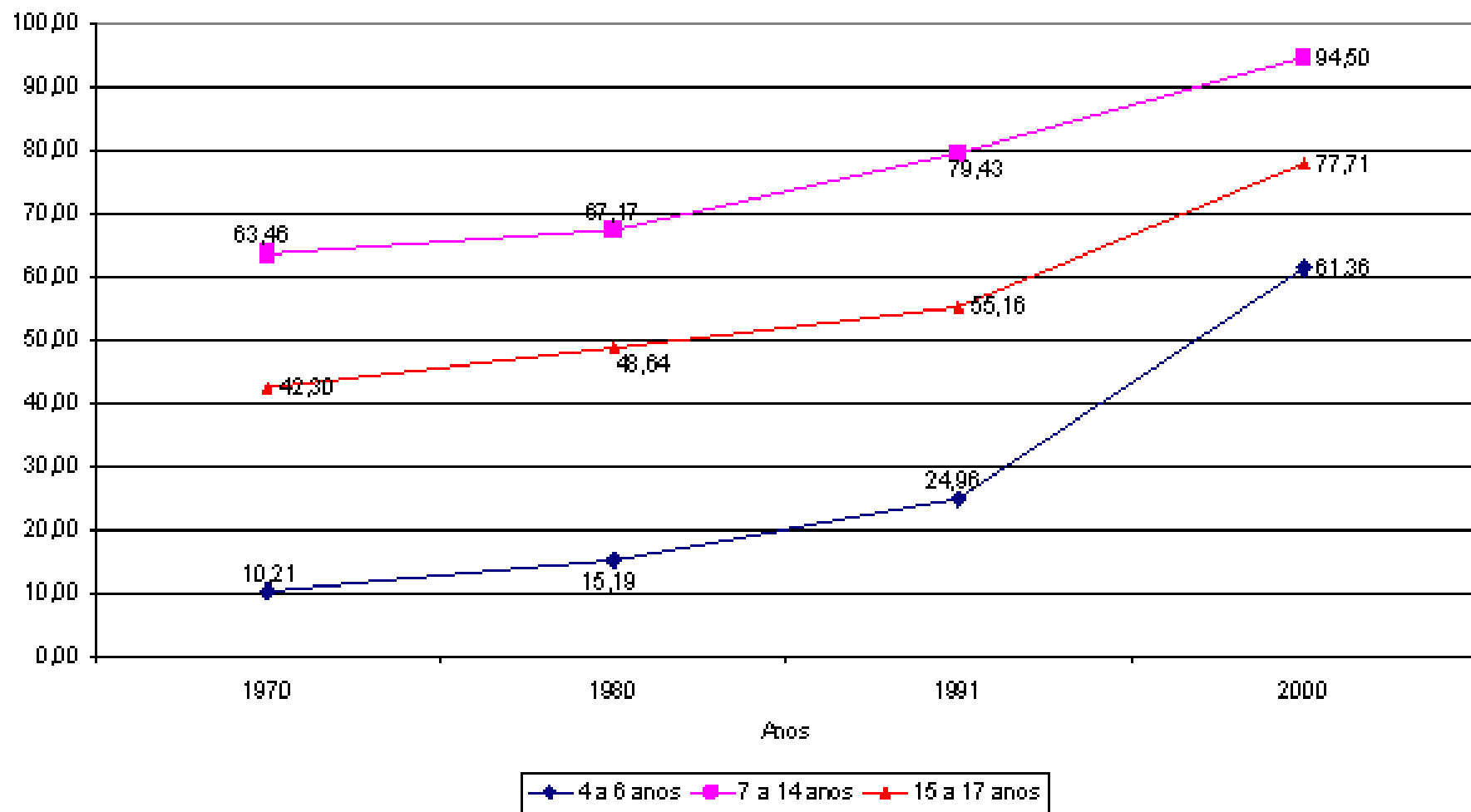
EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL E DA ESCOLARIZAÇÃO; POPULAÇÃO DE 5 A 19 ANOS, 1920/1950

Ano	População de 5 a 19 anos	Matrícula no ensino primário	Matrícula no ens. Médio	Total de matrícula	Taxa de escolarização	Cresc. Populacional	Crescimento da matrícula
1920	12.703.077	1.033.421 ^(*)	109.281 ^(*)	1.142.281 ^(*)	8,99	100	100
1940	15.530.819	3.068.269	260.202	3.328.471	21,43	122,26	291,28
1950	18.826.409	4.366.792	477.434	4.924.226	26,15	148,20	430,92
1960	25.877.611	7.458.002	1.177.427	8.635.429	33,37	203,71	755,70
1970	35.170.643	13.906.484	4.989.776	18.896.260	53,72	276,86	1.653,64

Fontes: IBGE, *Séries Estatísticas Retrospectivas*, 1970; IBGE, *Estatísticas da Educação Nacional*, 1960-1971; INEP/MEC, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, n. 101.

Nota: (*) Tomando-se como base 100 o ano de 1920.

Taxa de Atendimento segundo grupos de idade, Brasil, 1970-2000



Taxa de escolarização

Porcentagem das crianças e adolescentes matriculados na escola, segundo a faixa etária

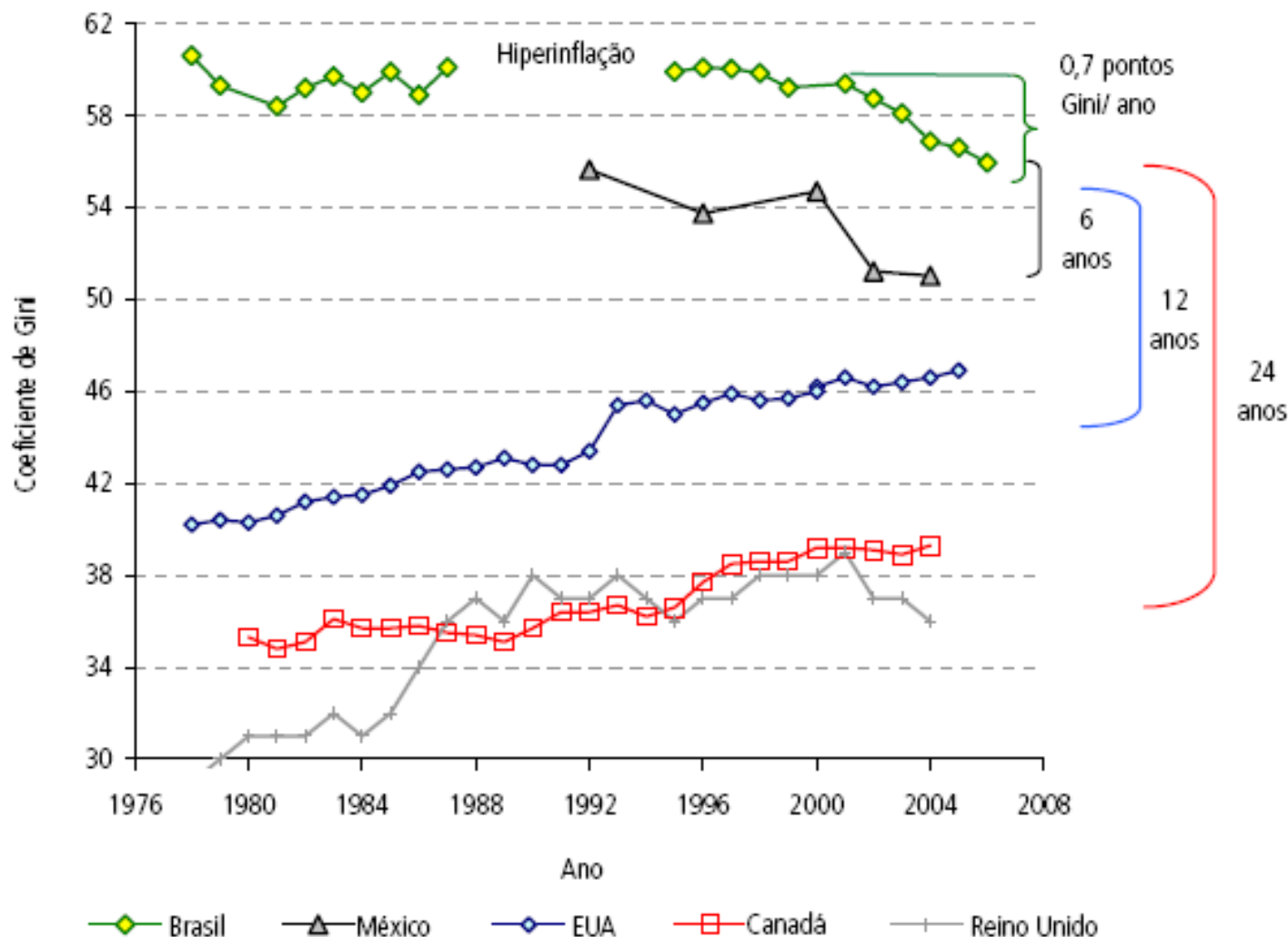


FONTE: Fonte: IBGE/Pnad 2015

Desigualdade

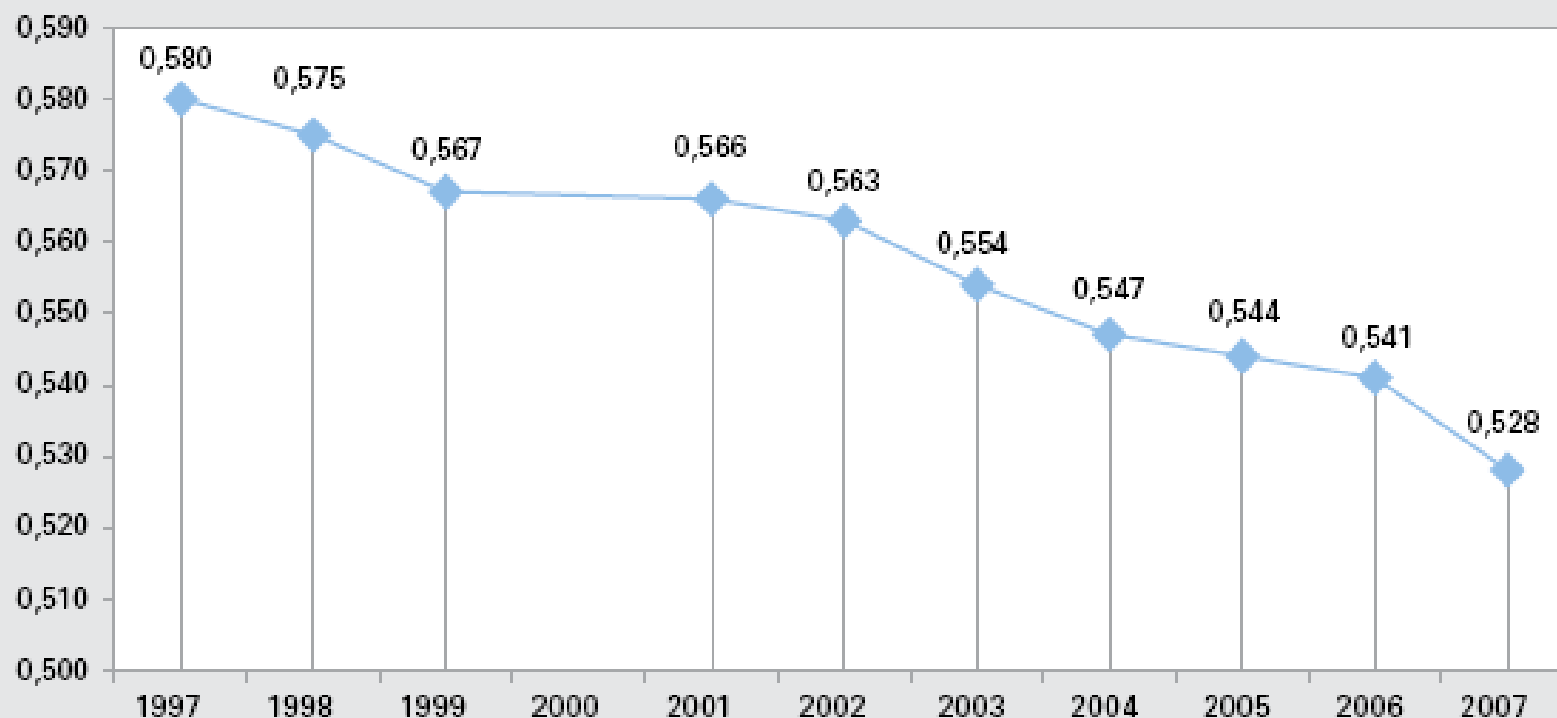
GRÁFICO 5

As distribuições de renda domiciliar *per capita* com transferências no Brasil, México, Estados Unidos, Canadá e Reino Unido



Fontes: Brasil: Pnad; México: Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática (Inegi); Estados Unidos: US Census Bureau; Canadá: Statistics Canada; Reino Unido: Glennerster (2006).

Gráfico 23 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho Brasil - 1997/2007



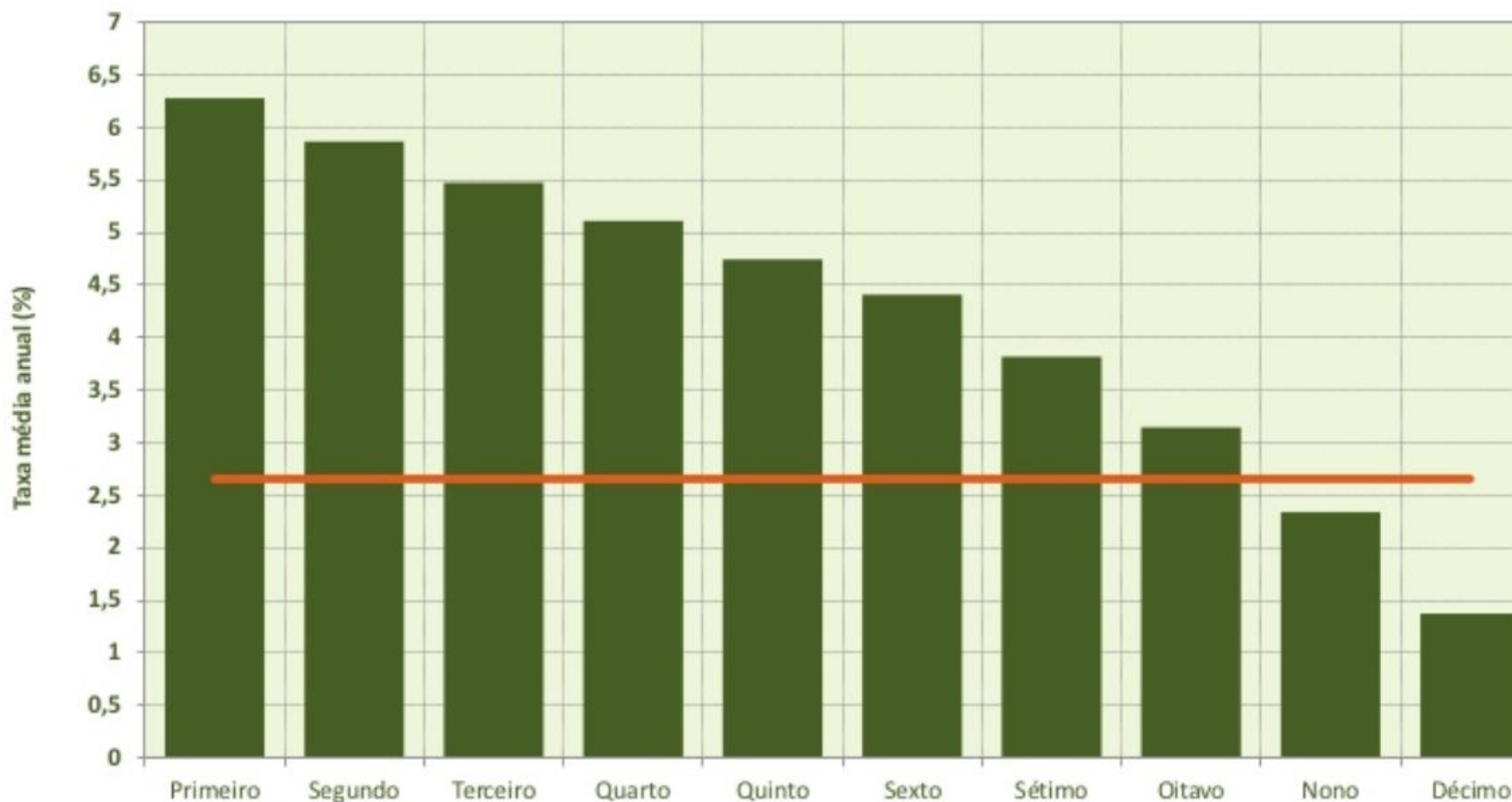
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1997/2007.

Notas: 1. Exclui o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

2. A PNAD não foi realizada em 2000 devido ao Censo Demográfico.

Gini 2009 0,521, 2014 0,497 e 2015 0,491

Gráfico 3: Taxa de crescimento por décimo da distribuição de renda mensal familiar *per capita*. Brasil, 2001-2011



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

TABELA 2EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA RENDA DO **CONJUNTO DA POPULAÇÃO**, 2003-2014

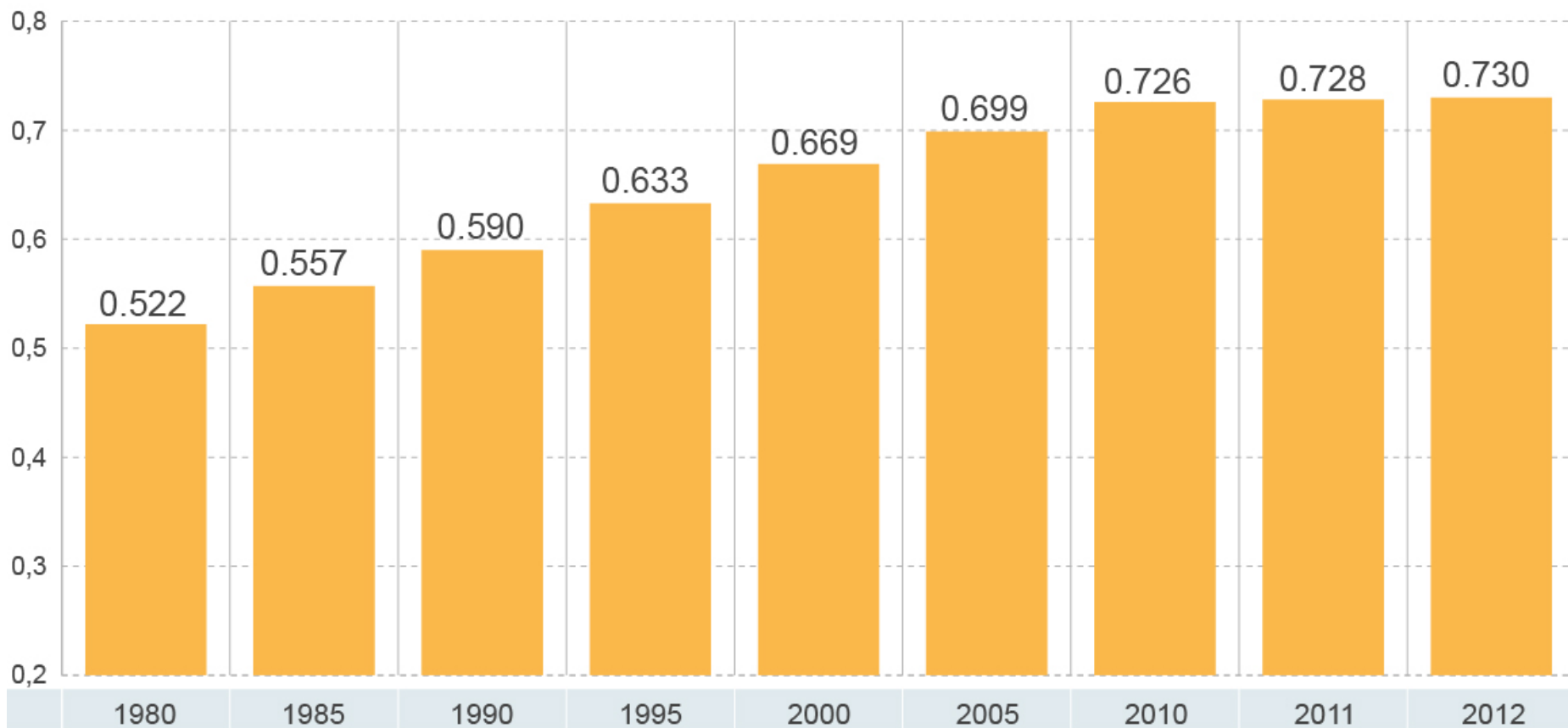
Tipos de renda	% Renda Total		Renda Média		Var. % R. M.	Índice de Gini	
	2003	2014	2003	2014		2003	2014
Trabalho Principal	74,0	74,4	1.195	1.717	43,7	0,55	0,48
Todos os Trabalhos	76,9	76,6	1.243	1.771	42,5	0,55	0,49
Aposent. Pública	14,6	14,4	1.057	1.328	25,6	0,48	0,38
Outras Aposent.	0,4	0,4	2.224	2.392	7,6	0,57	0,57
Pensão Pública	4,2	4,0	843	1.117	32,5	0,43	0,33
Outras Pensões	1,0	0,9	563	576	2,3	0,53	0,53
Doações	0,7	0,4	439	539	22,7	0,58	0,56
Aluguel	1,8	1,2	998	1.346	34,9	0,58	0,56
Juros e outros *	1,1	2,3	157	299	90,5	0,73	0,51
Renda Total	100,0	100,0	1.228	1.665	35,6	0,57	0,50

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs. Valores de renda média em reais de setembro de 2014.

*Juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos.

Desenvolvimento estagnado

Evolução do IDH brasileiro



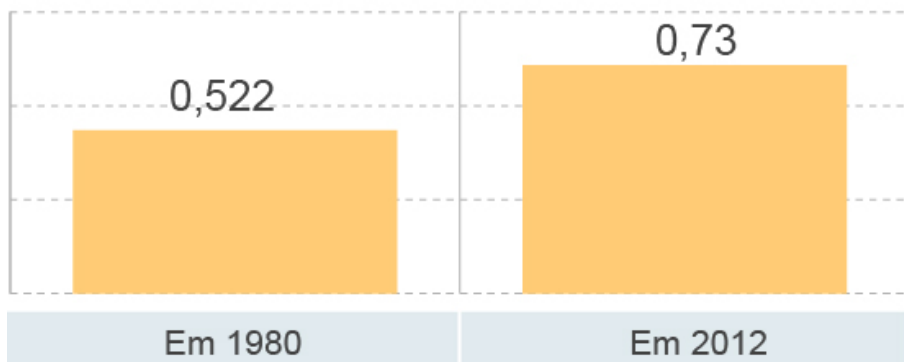
Fonte: ONU

2015 0,754

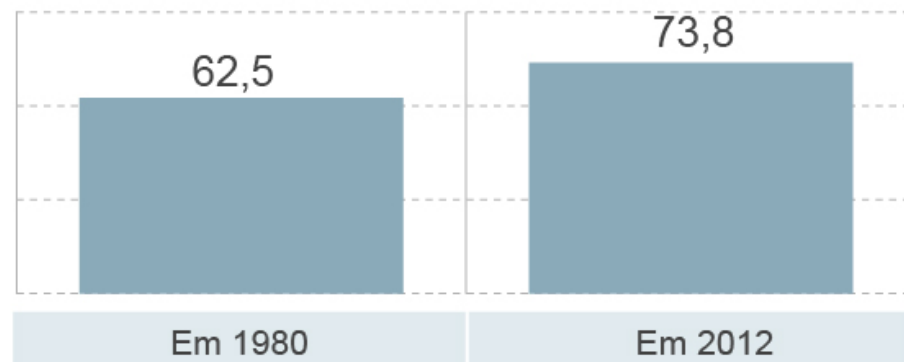
Décadas de avanço social

Evolução das variáveis do IDH no Brasil

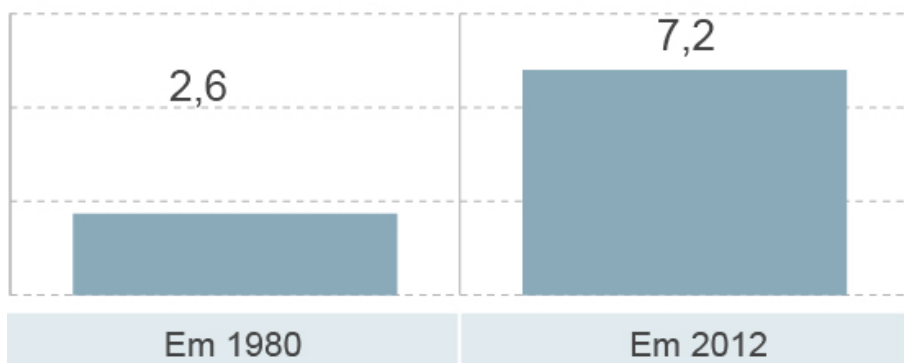
■ IDH



■ Expectativa de vida



■ Média de anos de estudo



■ Média do rendimento per capita

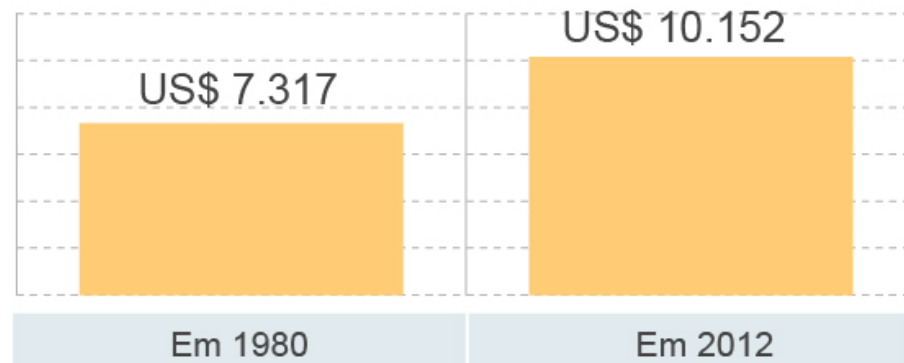
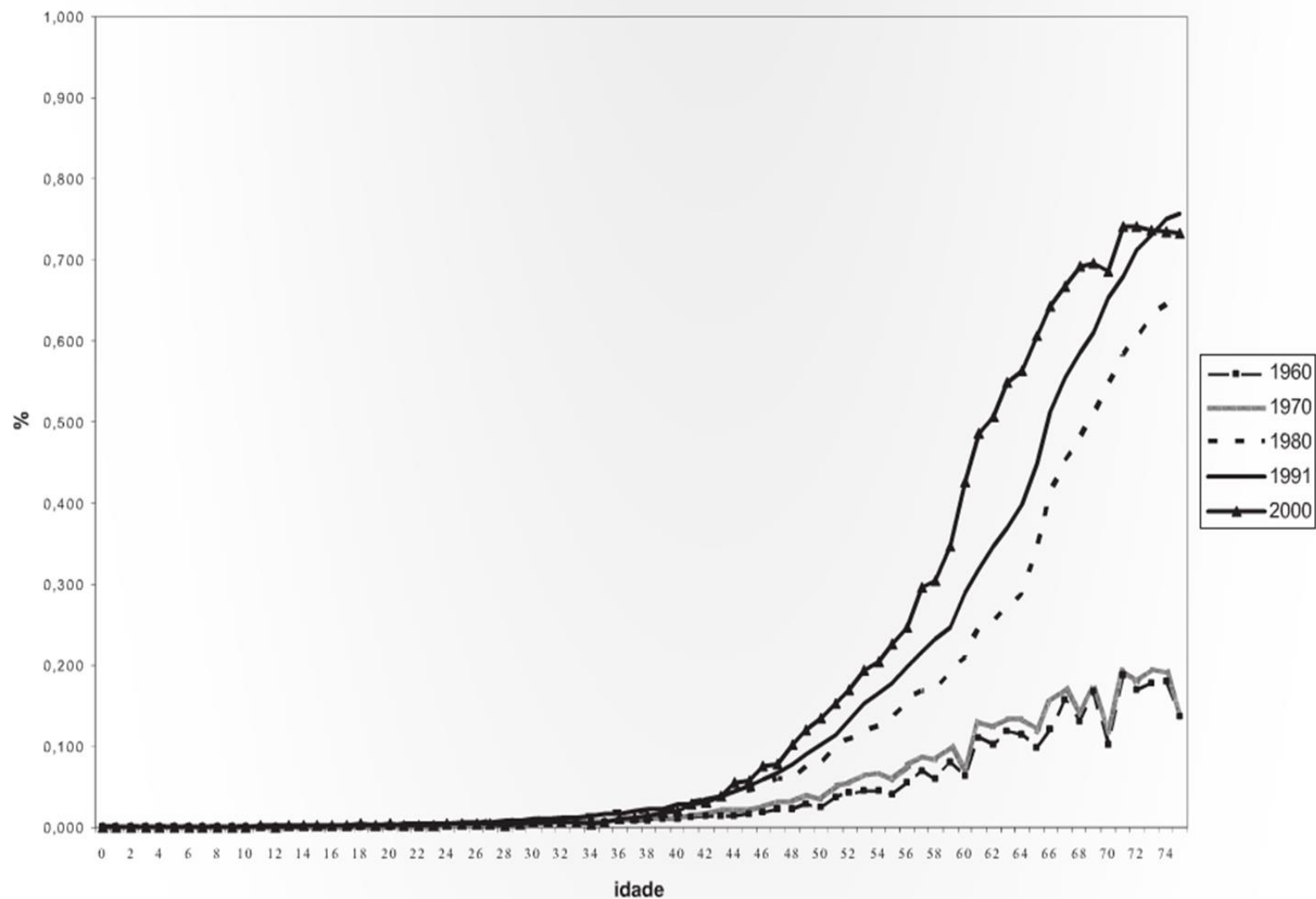


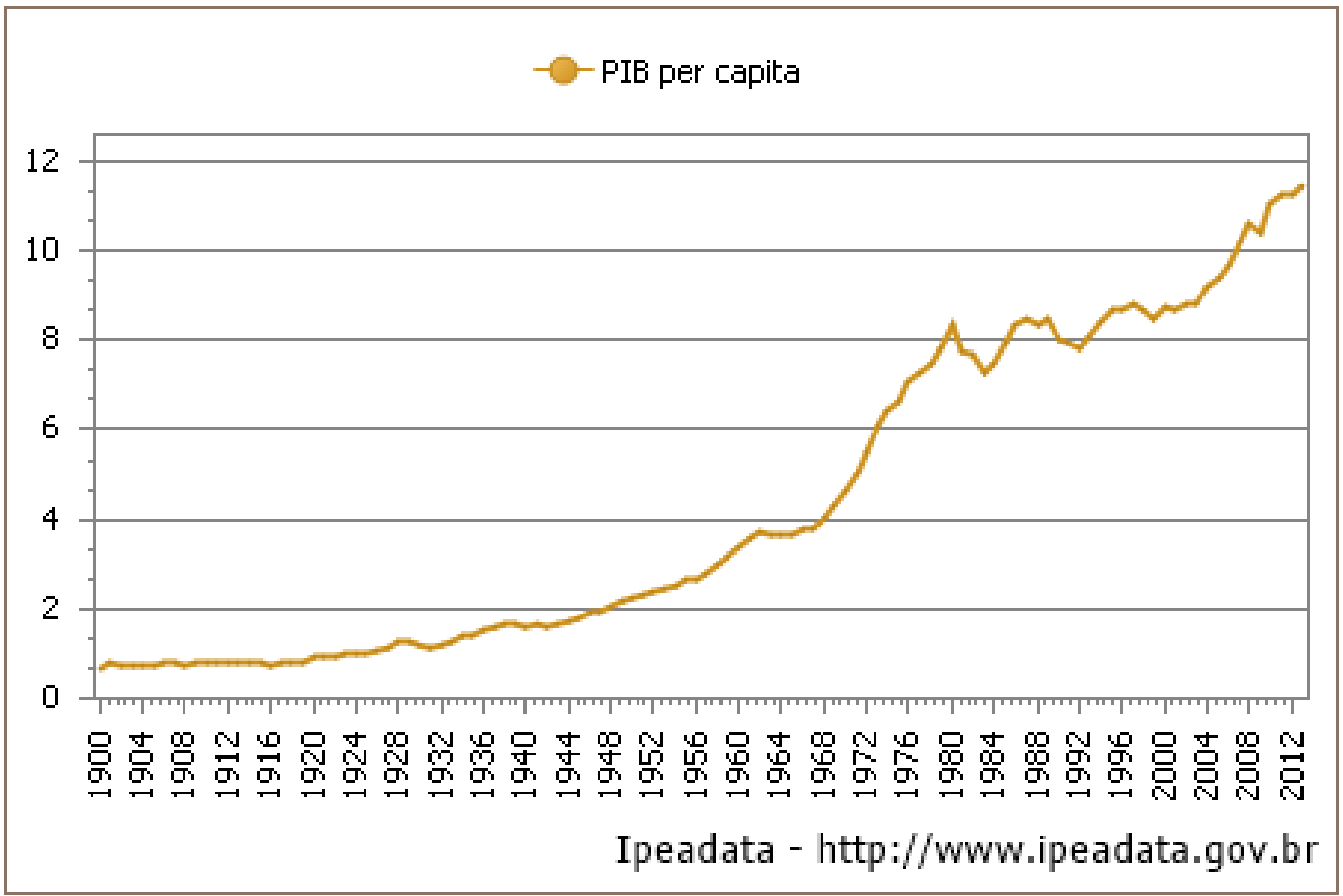
Gráfico 1 – Porcentagem de indivíduos recebendo aposentadoria e pensão, por idade – ambos os sexos - Brasil, 1960-2000



Fonte: QUEIROZ (2005)

2 – Crescimento no século XX

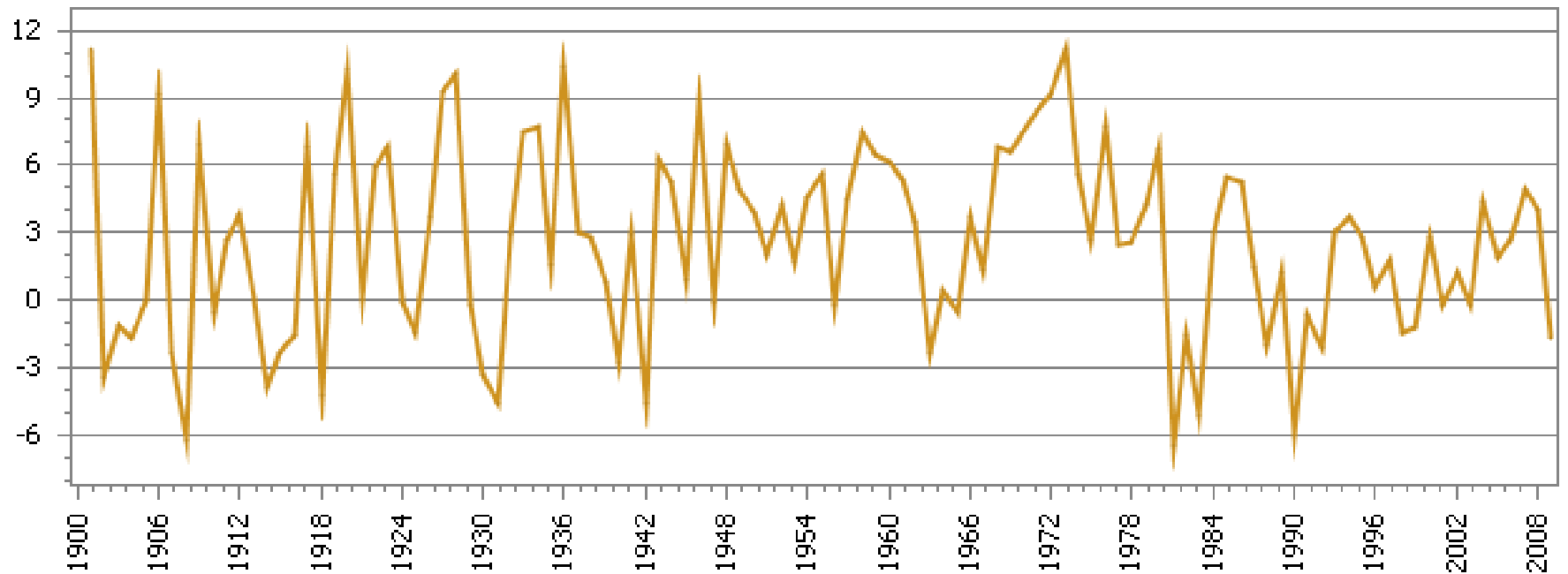
- Implosão da ordem do Império
- **Início** instável : governo republicano
 - revoltas Armada 1892, Sul 1893, Canudos 1896-97
- Crescimento das exportações de café e borracha
 - indução ao crescimento do produto na primeira metade
- Setor externo importante
- Investimentos estrangeiros
 - Conta capital importante: forte entrada da GBR
- Instabilidade macro: correlação Export. e Capital estrangeiro
 - Desequilíbrio externo: problemas de Balança de Pagamentos



Obs: em mil US\$ de 2013

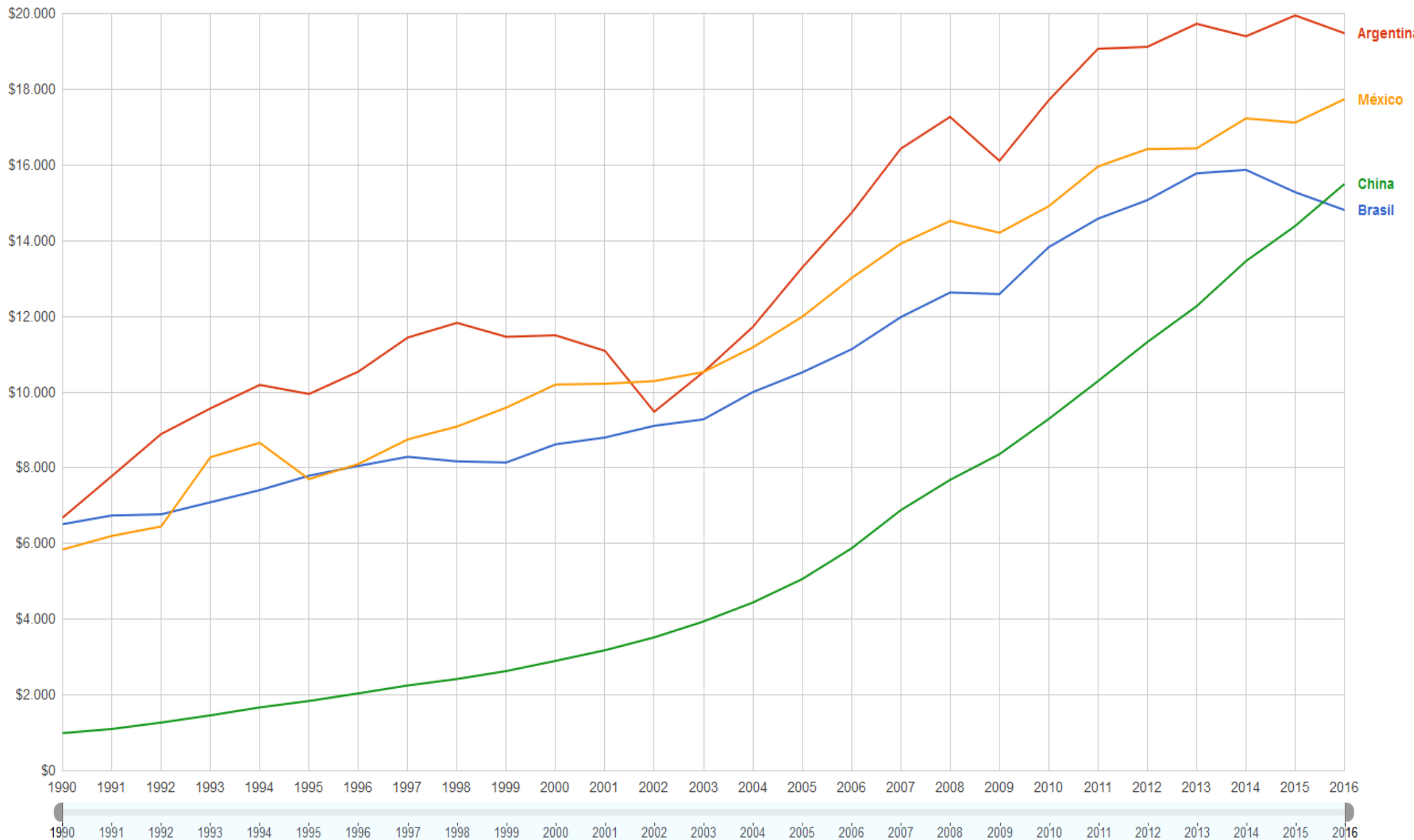
Crescimento do PIB real *per capita*

● Transformação de PIB per capita (preços 2009)



Ipeadata - <http://www.ipeadata.gov.br>

Renda bruta nacional per capita em dólares PPC ?



Dados de Banco Mundial Última atualização: 21 de jul de 2017

Crescimento brasileiro

- “Sucesso” do Brasil
 - um dos países que mais cresceu
 - 1,57% ao ano Δ PIB per capita de 1870-2001
 - 1,87% dos EUA
- Industrialização
 - economia industrial supera a agrícola
- Concentração regional
 - Sul e SE → CO e NO
- Desigualdade de renda

Crescimento da renda *per capita*

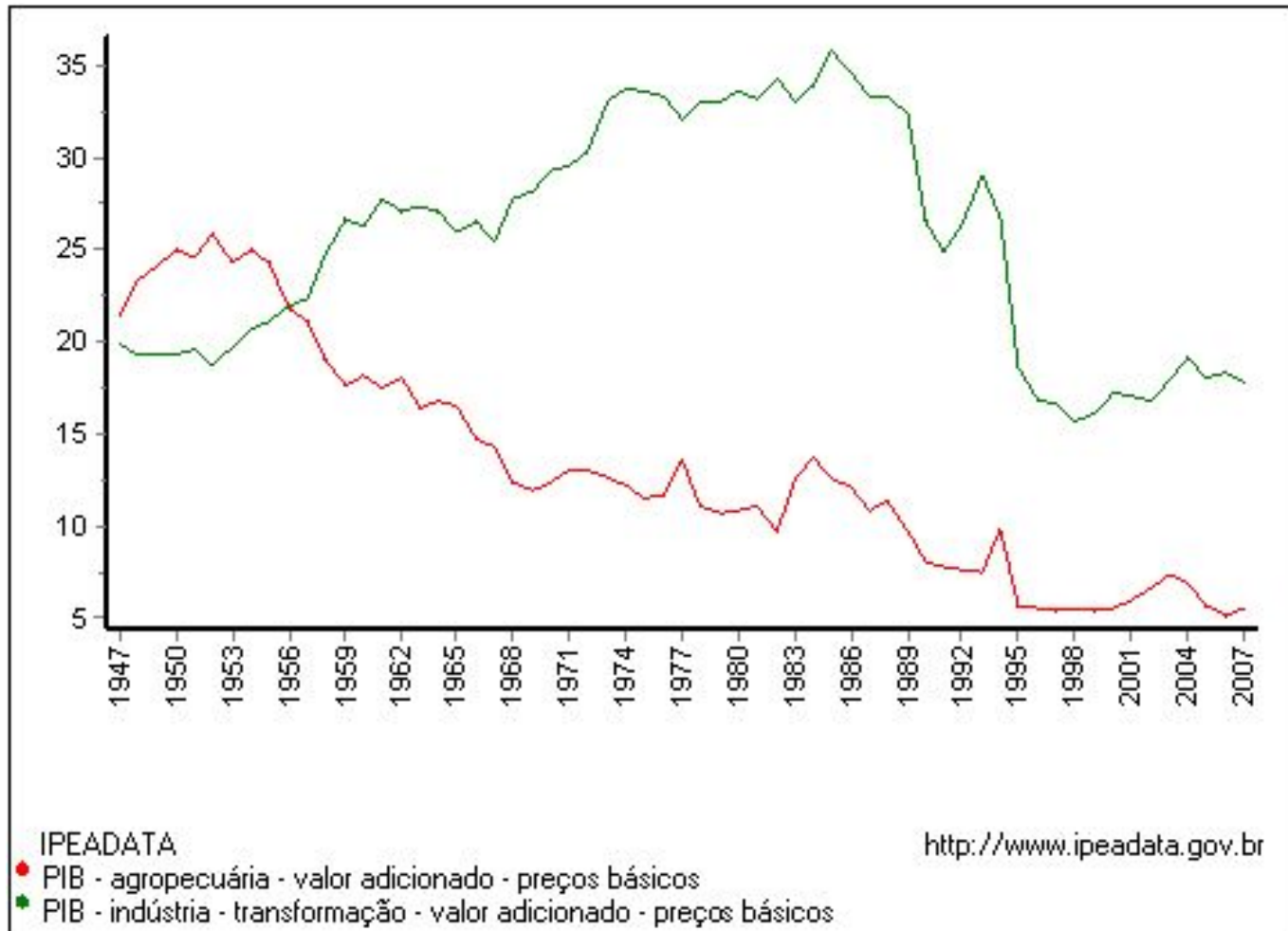
Países	1820 a	1900 a	1950 a	1960 a	1980 a	1990 a
	1900	1950	1960	1980	2003	2003
Brasil	0,06	2,22	4,22	4,47	0,3	0,82
EUA	1,49	1,69	1,71	2,5	2	1,77
Japão	0,71	0,98	7,57	6,09	2,05	1,05
França	1,17	1,22	3,65	3,57	1,56	1,28
Alemanha (1)	1,28	0,53	7,1	3,03	1,54	0,99
Portugal	0,43	0,95	3,55	5,15	2,75	1,45
Espanha	0,72	0,41	3,45	5,65	2,55	2,2
Reino Unido	1,22	0,87	2,22	2,09	2,21	2,01
Irlanda (2) e (3)	1,23	0,63	2,18	3,51	4,87	6,47
Itália	0,59	1,36	5,38	4,02	1,65	1,23
Argentina	0,94	1,19	1,09	1,97	-0,24	1,45
Chile	n.d.	-0,31	1,23	1,43	2,68	3,74
México	0,74	1,1	2,92	3,51	0,57	1,52
China	-0,12	-0,43	4,37	2,33	5,94	6,1
Coréia do Sul (2) e (3)	0,34	-0,17	3,68	5,66	5,86	4,8
Taiwan (2) e (3)	0,43	0,58	5,32	7,09	4,96	4,6
Mundo (2) e (3)	0,92	0,88	2,86	2,82	1,04	0,74
África do Sul-Sahara	n.d.	n.d.	1	0,42	-0,11	-0,5

(1) Alemanha reunificada, a partir de 1991

(2) 1820-1913 e (3) 1913-1950

Fontes: IPEA Dados, A. Maddison "The World Economy & Historical Statistics", OCDE e fontes locais

Agricultura X Indústria



Legenda

36.500,00

120,00

65,90

44,40

32,00

23,00

15,80

10,10

5,58

0,07

R\$ de 2000(mil)/km²

Omisso



Brasil -- Produto Interno Bruto (PIB) Municipal - 1970 -- Densidade Geográfica

Legenda

118.000,00

638,00

293,00

180,00

121,00

88,70

63,30

42,00

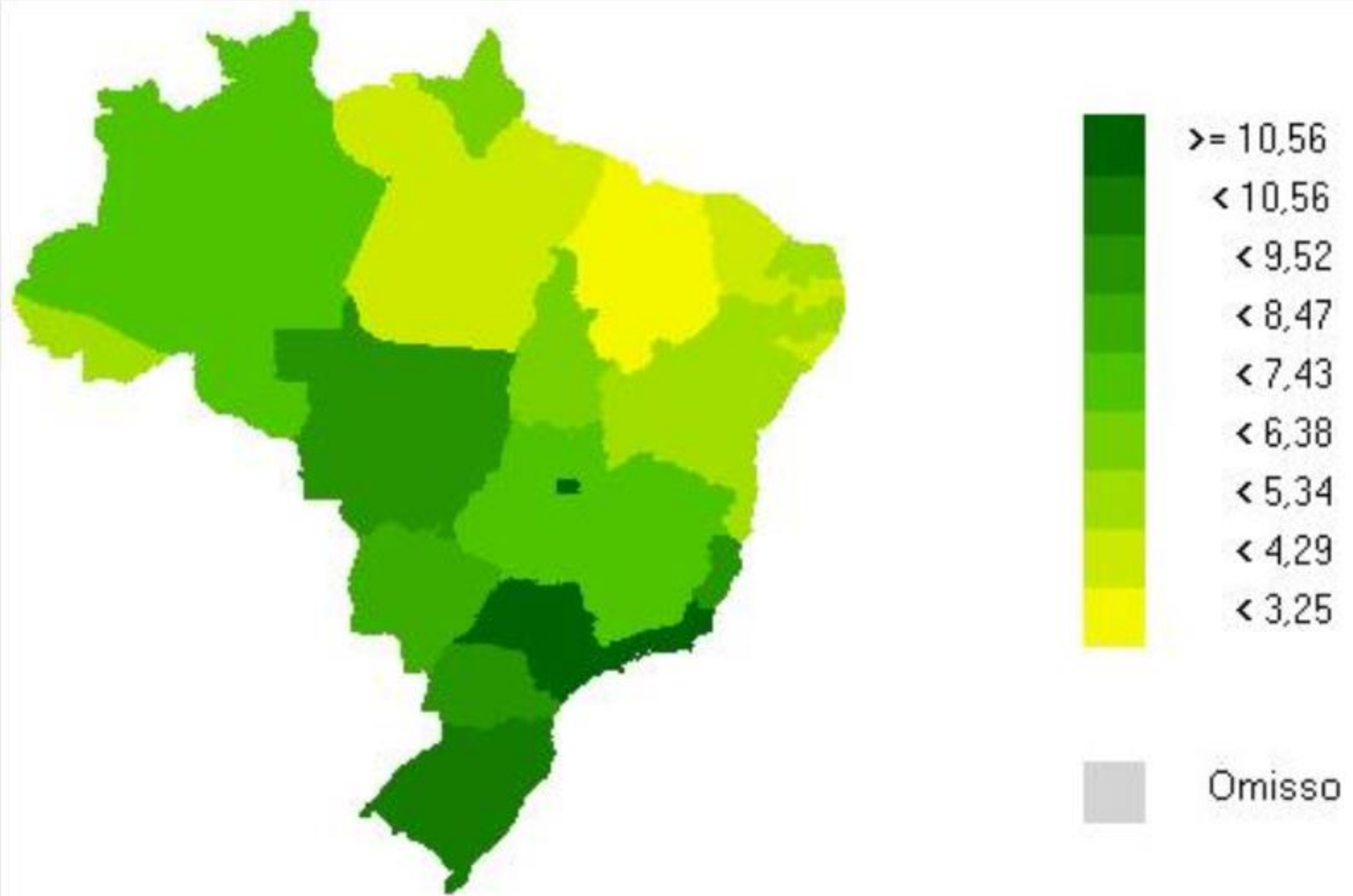
25,50

0,19

R\$ de 2000(mil)/km²

Omisso





Ipeadata - PIB Estadual per capita
Brasil - 2009 - Malha: Estados

São Paulo: PIB municipal

Legenda

295.000,00

2.210,00

765,00

467,00

326,00

240,00

178,00

133,00

100,00

9,53

R\$ de 2000(mil)/km²

Omisso

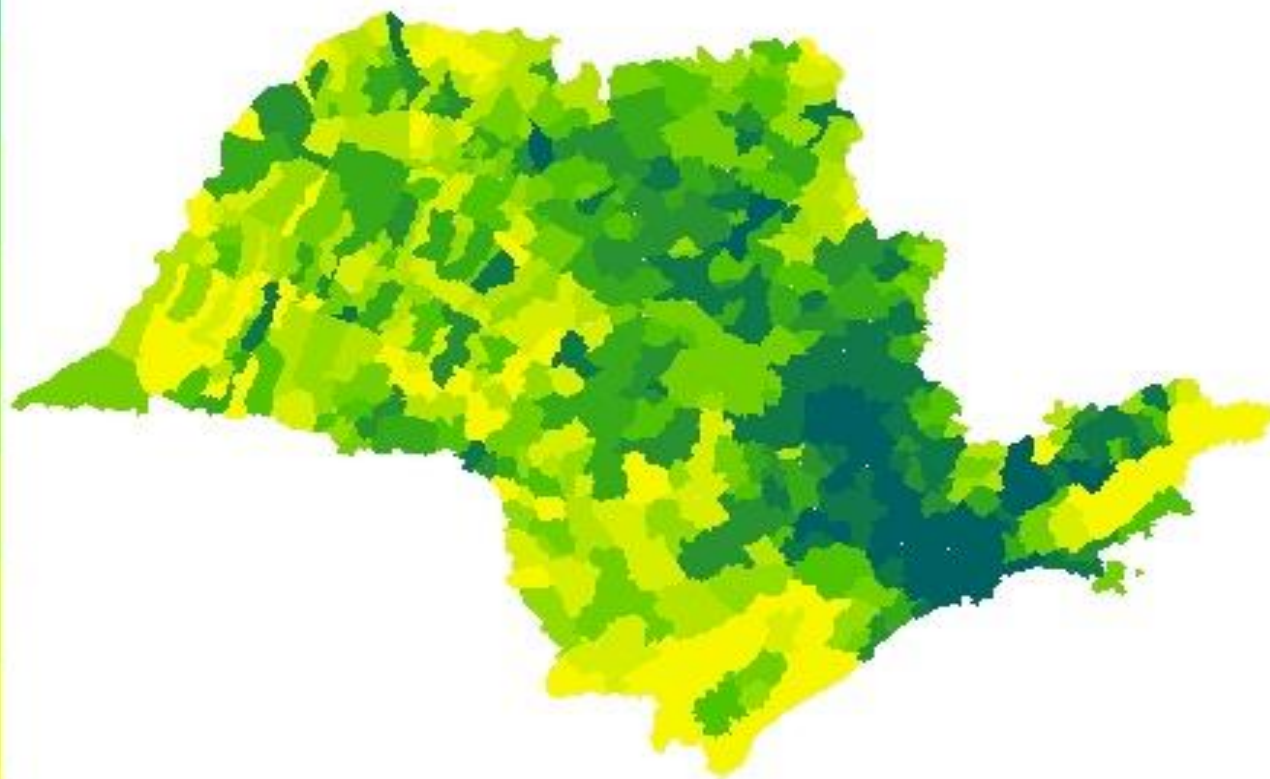


Tabela 2: Produto Interno Bruto, participação no PIB e variação nominal do PIB – 2002 e 2010

O R D E M	Unidades da Federação	Produto	Participação no	Unidades da Federação	Produto	Participação	Variação
		Interno			PIB em % 2002		
		Bruto em			Bruto em	2010	nominal
		milhões de			milhões de		2010/2002
		Reais 2002			Reais 2010		
	Brasil	1.477.822	100,0%	Brasil	3.770.085	100,0%	2,6
1	São Paulo	511.736	34,6%	São Paulo	1.247.596	33,1%	2,4
2	Rio de Janeiro	171.372	11,6%	Rio de Janeiro	407.123	10,8%	2,4
3	Minas Gerais	127.782	8,6%	Minas Gerais	351.381	9,3%	2,7
4	Rio Grande do Sul	105.487	7,1%	Rio Grande do Sul	252.483	6,7%	2,4
5	Paraná	88.407	6,0%	Paraná	217.290	5,8%	2,5
6	Bahia	60.672	4,1%	Bahia	154.340	4,1%	2,5
7	Distrito Federal	56.138	3,8%	Santa Catarina	152.482	4,0%	2,7
8	Santa Catarina	55.732	3,8%	Distrito Federal	149.906	4,0%	2,7
9	Goiás	37.416	2,5%	Goiás	97.576	2,6%	2,6
10	Pernambuco	35.251	2,4%	Pernambuco	95.187	2,5%	2,7
11	Ceará	28.896	2,0%	Espírito Santo	82.122	2,2%	3,1
12	Espírito Santo	26.756	1,8%	Ceará	77.865	2,1%	2,7
13	Pará	25.659	1,7%	Pará	77.848	2,1%	3,0
14	Amazonas	21.791	1,5%	Amazonas	59.779	1,6%	2,7
15	Mato Grosso	20.941	1,4%	Mato Grosso	59.600	1,6%	2,8
16	Maranhão	15.449	1,0%	Maranhão	45.256	1,2%	2,9
17	Mato Grosso do Sul	15.154	1,0%	Mato Grosso do Sul	43.514	1,2%	2,9
18	Paraíba	12.434	0,8%	Rio Grande do Norte	32.339	0,9%	2,7
19	Rio Grande do Norte	12.198	0,8%	Paraíba	31.947	0,8%	2,6
20	Alagoas	9.812	0,7%	Alagoas	24.575	0,7%	2,5
21	Sergipe	9.454	0,6%	Sergipe	23.932	0,6%	2,5
22	Rondônia	7.780	0,5%	Rondônia	23.561	0,6%	3,0
23	Piauí	7.425	0,5%	Piauí	22.060	0,6%	3,0
24	Tocantins	5.607	0,4%	Tocantins	17.240	0,5%	3,1
25	Amapá	3.292	0,2%	Acre	8.477	0,2%	3,0
26	Acre	2.868	0,2%	Amapá	8.266	0,2%	2,5
27	Roraima	2.313	0,2%	Roraima	6.341	0,2%	2,7

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Maranhão tem o menor PIB *per capita* brasileiro em 2010: R\$ 6.888,60

Sete unidades da federação tiveram, em 2010, o PIB *per capita* acima da média brasileira (R\$ 19.766,33): Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Paraná. O maior PIB *per capita* foi o do Distrito Federal, com R\$ 58.489,46, representando quase três vezes a média nacional e cerca de duas vezes o de São Paulo (R\$ 30.243,17), segundo maior.

Já o Maranhão (R\$ 6.888,60) ficou com a última posição atrás do Piauí (R\$ 7.072,80) e Alagoas (R\$ 7.874,21).

Com 14,2% de crescimento, Tocantins tem o melhor desempenho em 2010

3 – Herança colonial

- Sentido da colonização: primário exportador
expansão comercial europeia
exportação de produtos tropicais
- Estrutura produtiva interna
colonização agrícola
grande lavoura: engenho
- Trabalho escravo: indígena → africano
- Monocultura X Policultura
- $Y_{ext} \rightarrow X_{br} \rightarrow Y_{br} \rightarrow C$ - exportação é chave

Dois setores

- Setor exportador
 - renda e escravos em maior proporção
 - açúcar, tabaco, couros, ouro, algodão, café etc.
- Setor de mercado interno
 - menor fluxo monetário e menor utilização de cativos
 - mandioca, feijão, arroz, milho, carne etc.
- Integração entre os setores
 - exportador demanda bens de abastecimento
- Flutuação conjunta
 - Complexo Nordeste: litoral e interior
 - absorção dos excedentes pelo mercado interno
 - preservação da estrutura na decadência

Composição relativa das exportações brasileiras (em porcentagem)

Anos	Café	Borracha	Açúcar	Cacau	Algodão	Couros e peles	Fumo	Mate
1821-1830	18,4	0,1	30,1	0,5	20,6	13,6	2,5	—
1831-1840	43,8	0,3	24,0	0,6	10,8	7,9	1,9	0,5
1841-1850	41,4	0,4	26,7	1,0	7,5	8,5	1,8	0,9
1851-1860	48,8	2,3	21,2	1,0	6,2	7,2	2,6	1,6
1861-1870	45,5	3,1	12,3	0,9	18,3	6,0	3,0	1,2
1871-1880	56,6	5,5	11,8	1,2	9,5	5,6	3,4	1,5
1881-1890	61,5	8,0	9,9	1,6	4,2	3,2	2,7	1,2
1891-1900	64,5	15,0	6,0	1,5	2,7	2,4	2,2	1,3
1900-1910	51,3	28,2	1,2	2,8	2,1	4,3	2,4	2,9

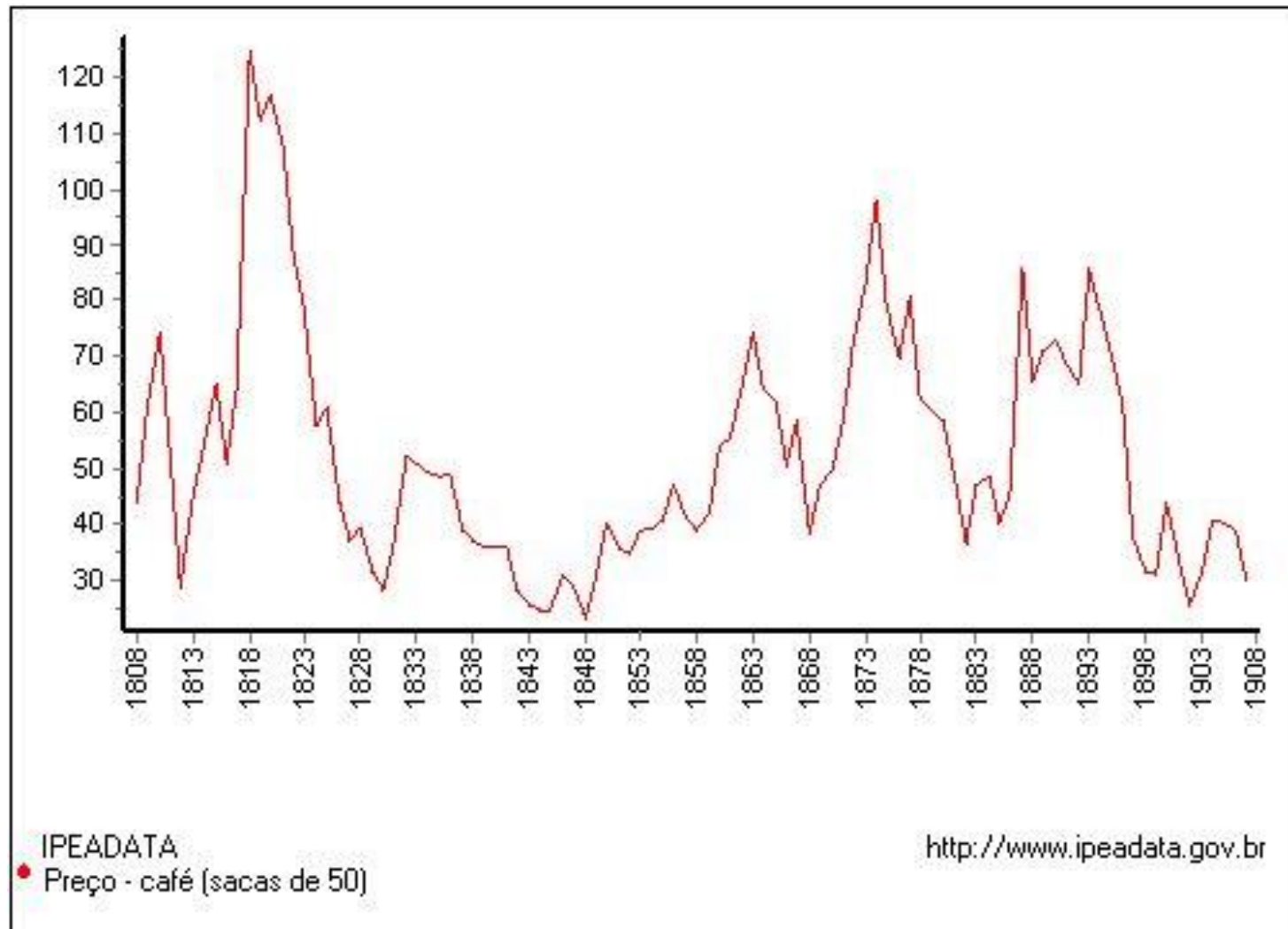
Tabela I - Principais produtos de exportação do Brasil - 1901-1965

Período	Principais produtos de exportação (Em %)				
	Total	Café (1)	Borracha	Algodão (2)	Outros (3)
1901/1910	95,2	51,3	28,2	2,1	13,6
1911/1920	84,2	52,4	11,4	2,0	18,4
1921/1930	88,5	69,6	2,5	2,4	14,0
1931/1940	77,6	50,0	1,1	14,3	12,2
1940/1950	66,6	43,2	1,1	11,3	11,0
1951/1954	82,8	63,8	0,2	9,9	9,0
1955/1960	75,3	60,0	0,1	4,5	10,7
1961/1965	67,4	50,6	0,3	7,7	8,9

Características da economia agro-exportadora

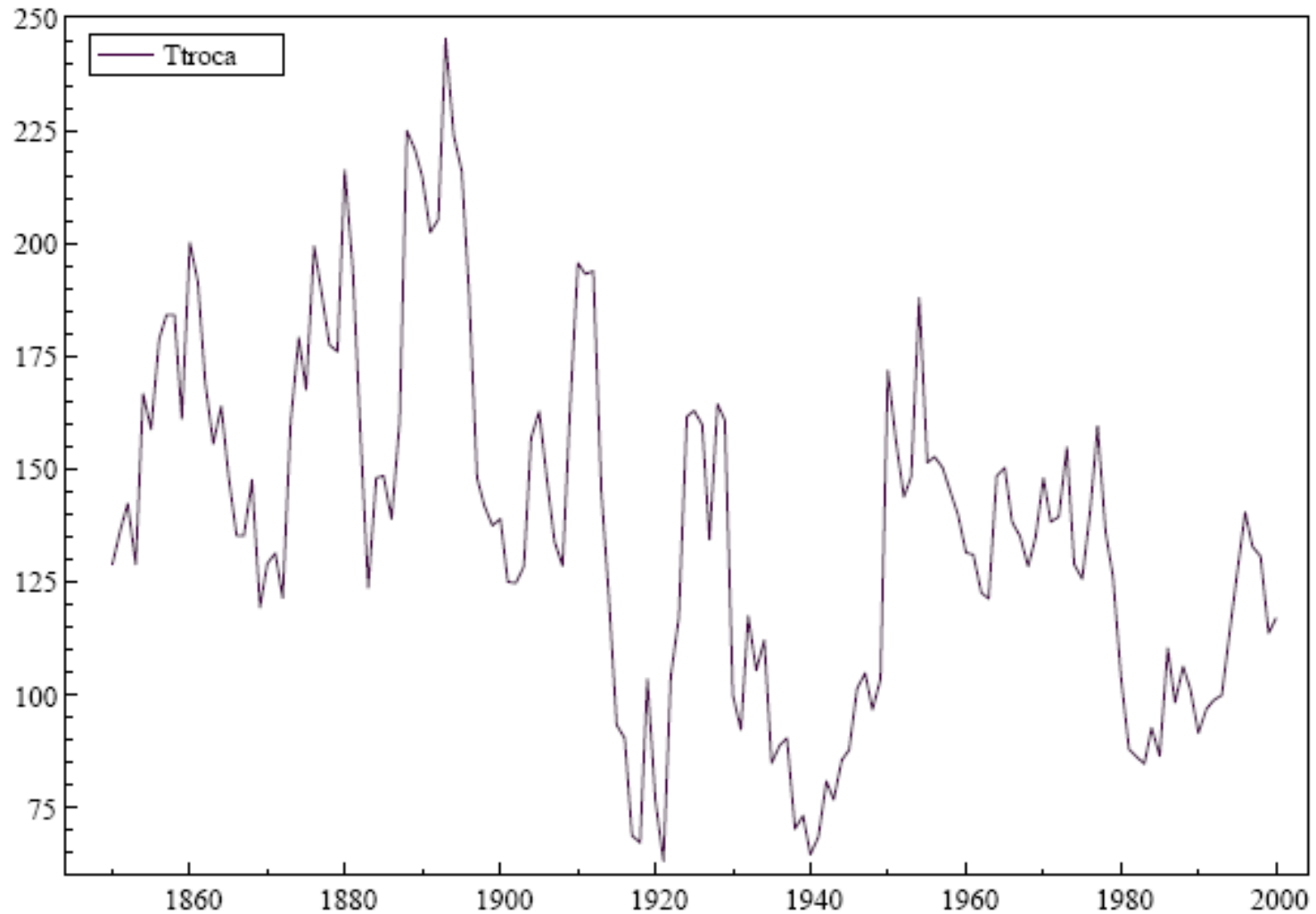
- Elevado coeficiente de abertura
 $(X + M) / Y$
- Pequeno efeito multiplicador da renda
M representa a maior parte da renda
mercado interno reduzido
- Pauta de exportações concentrada em poucos produtos
café representou 72,5% em 1924-29
- Limites: vulnerabilidade aos choques externos
perda de termos de troca – Cepal: Prebisch

Preço do café em francos



Termos de troca

P_x/P_m

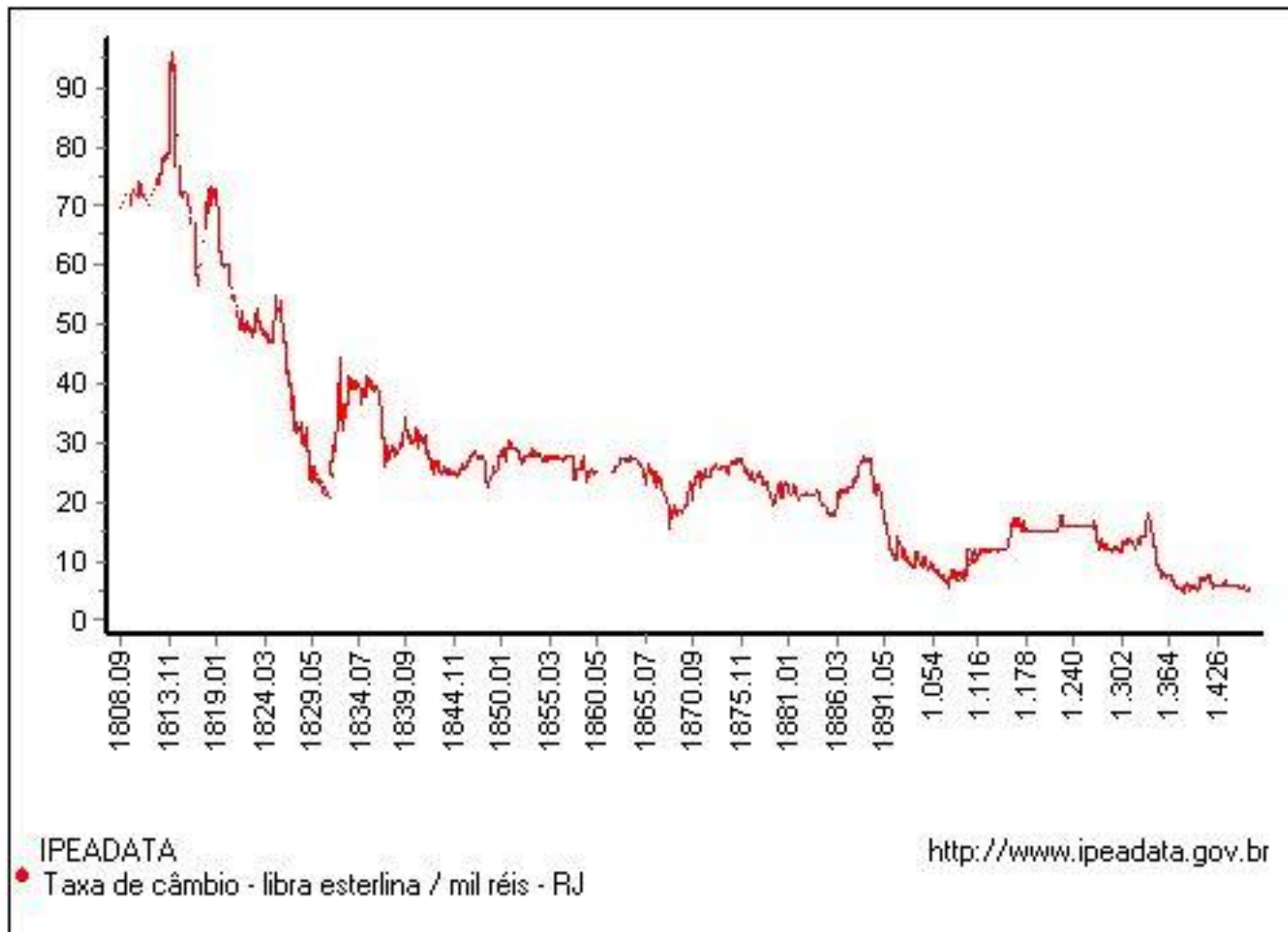


Flutuação e padrão-ouro

- Alocação dos recursos: disponibilidade pouco capital e muito trabalho → lucro elevado e salários reduzidos
- Flutuação dos preços altera só lucro do café custos fixos elevados, mas variável reduzido para o país → crise de balanço de pagamentos
- **Padrão-ouro**: moeda ↔ ouro
- **Desequilíbrio externo** nas crises
 - Comércio exterior / meio circulante elevado
 - Grande peso das importações na arrecadação
 - serviço da dívida em ouro
- Consequências: finanças públicas
 - ↓ T, déficit, ↑ Moeda e ↑ serviço da dívida externa
- **Câmbio** dificuldade de manter: Padrão-ouro

Taxa de câmbio

dinheiros por mil-réis



Crise do setor exportador

- Flutuações do preço do café
política cafeeira → defesa permanente
crise de 1929
- Mudança do centro dinâmico da economia
externo → interno
- Mercado interno: agricultura e indústria
melhora de transporte e menores impostos
- Estado e industrialização
início no século XIX: Encilhamento

Brasil e América Latina

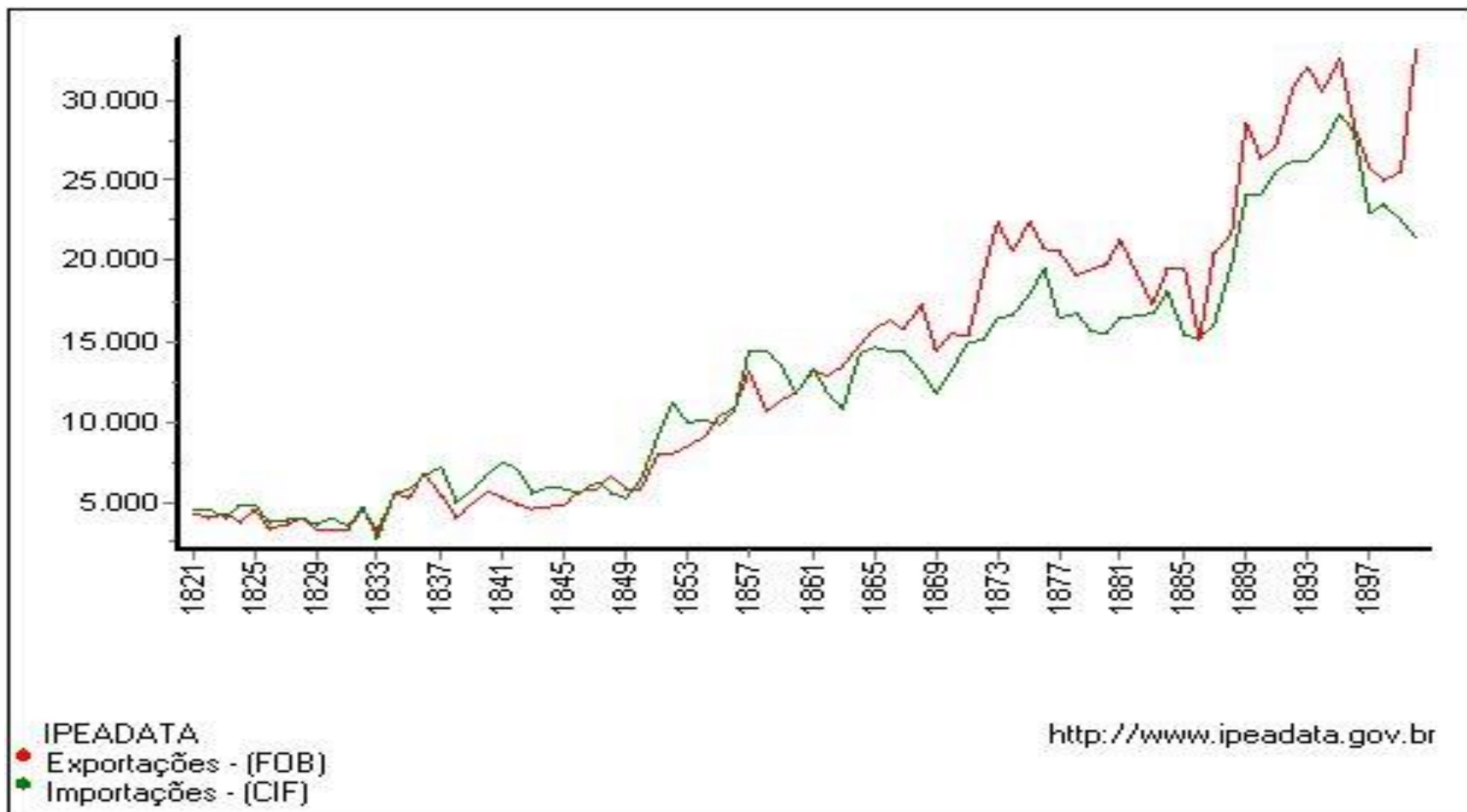
- Atraso relativo aos EUA no século XIX
século XX: acompanhamos ou superamos
Riqueza colonial na América Latina: Ibéricos
recursos naturais: produtos tropicais e metais
- **Fatores iniciais:** colonização exploração
produção para a exportação e escravidão
- América Latina condições semelhantes?
+ indígenas na ESP e mais africanos na PORT
preços dos escravos e especialização ESP > PORT
Mineração X açúcar
urbanização, educação, mercados maiores na ESP
- Brasil mais atrasado → Reverso da fortuna

4 - Industrialização

- Crescimento na segunda metade XIX – 1,5%
dinâmica das exportações → subsistência - RS
açúcar e algodão no NE - retração
fumo e cacau na Bahia – cresce 6 vezes
borracha na AM – aumenta 6,2% ao ano
café no SE – cresce 2,3% ao ano
- Atraso brasileiro:
“Esse atraso tem sua causa não no ritmo de desenvolvimento dos últimos cem anos [1850-1950], mas no retrocesso ocorrido nos três quartos de século anteriores.”
Furtado, 2000, p. 153 → Herança colonial

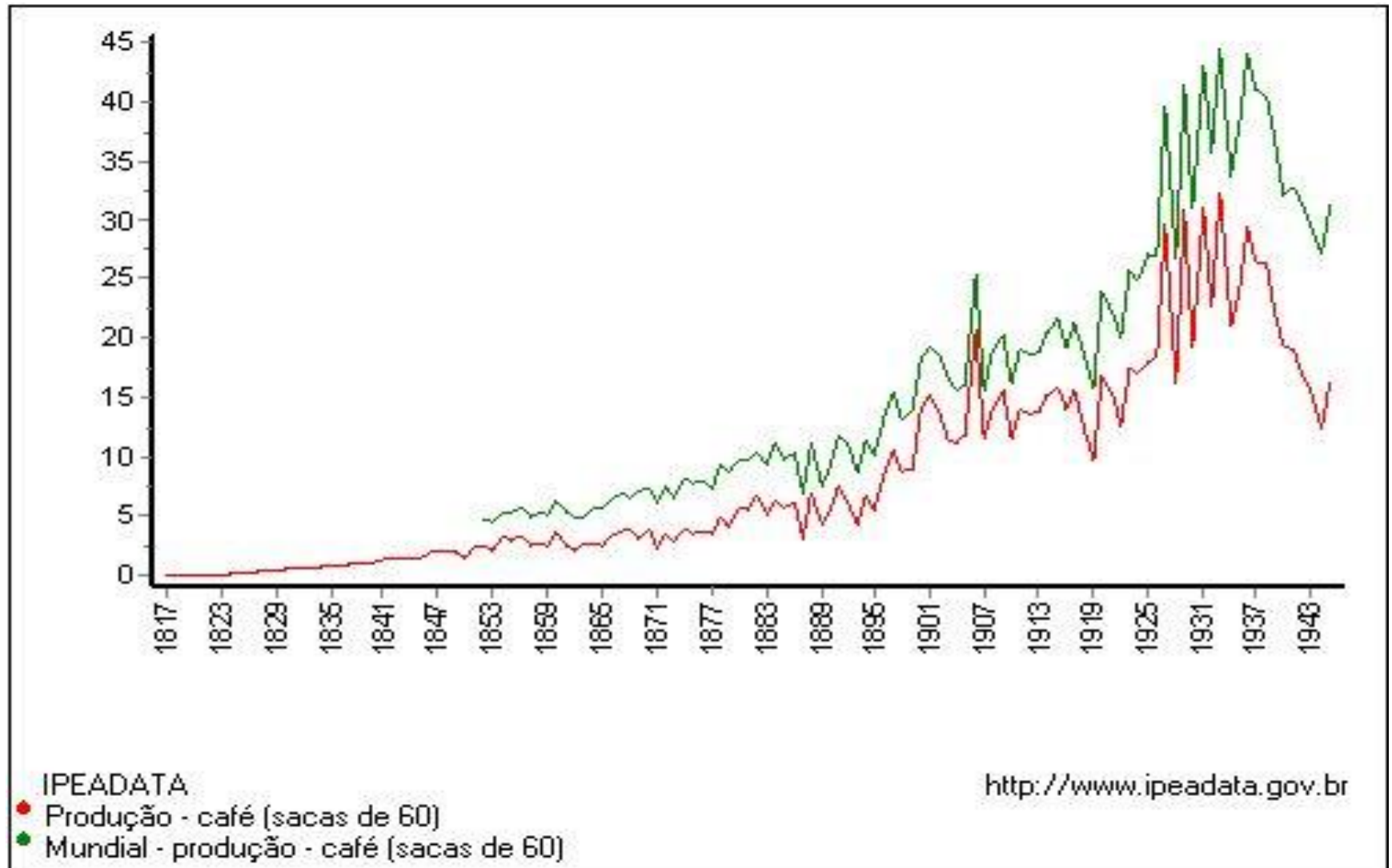
Crescimento no século XIX

Exportações e importações em mil libras esterlinas



Produção de café

milhões de sacas



Assalariamento e fluxo de renda

- Assalariamento
 - expansão do assalariamento no café
 - multiplicidade de unidades de café \neq açúcar
 - Renda: salários e lucros
 - Kalecki: trabalhadores gastam tudo e empresários poupam tudo
- Fluxo de renda
 - \uparrow massa de salários \rightarrow \uparrow renda monetária dos outros setores \rightarrow efeito multiplicador interno
 - Abundância de terras e de trabalho: imigração e subsist
 - salários do setor exportador constante \neq Argentina
 - Expansão cafeeira sem restrições
 - produtividade cresce pouco \rightarrow crescimento extensivo

Acumulação cafeeira e indústria

- Transbordamento do café → indústria
- Diversificação dos investimentos cafeeiros
Ex: infra-estrutura (ferrovias, serviços), bancos
- Comércio importador → indústria
 - Imigrantes → industriais
 - Não necessariamente os cafeicultores
- Inversões na indústria limitada pelo setor exportador
 - renda, mercado, divisas, infra e capitais

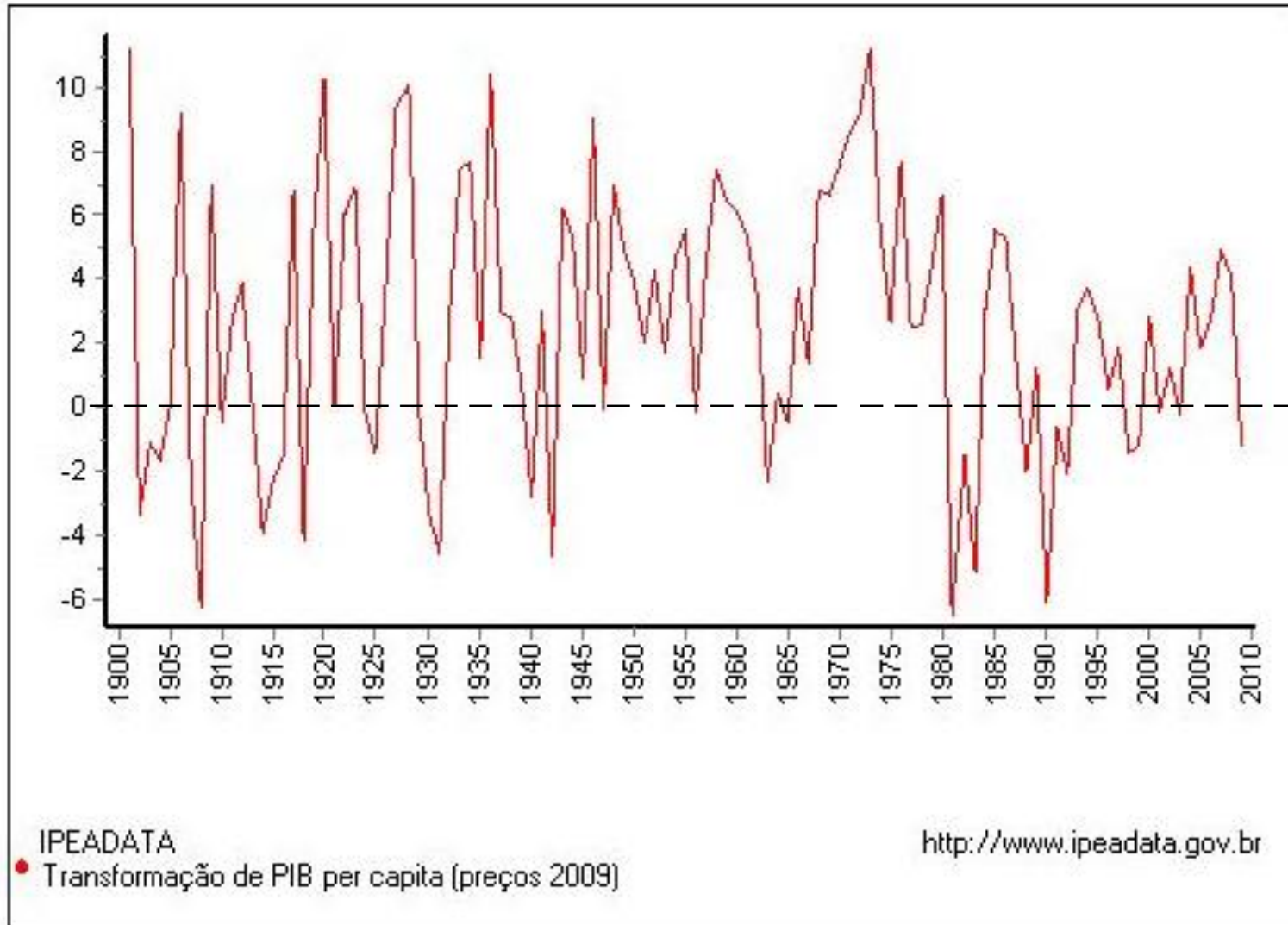
Industrialização

- Demanda interna significativa → M
- Primeiras indústrias
proteção natural: móveis, bebidas etc.
- Café → industrialização
mercado: assalariamento
infra-estrutura e sistema de distribuição
imigrantes: Matarazzo, Crespi etc.
divisas para importar bens de capital
flutuação → relação não linear: café dificulta a indústria
- Estado pouco atuante até os anos 1920
não intencional: câmbio e tarifas
participação nas ferrovias, bancos e defesa do café

Crescimento brasileiro

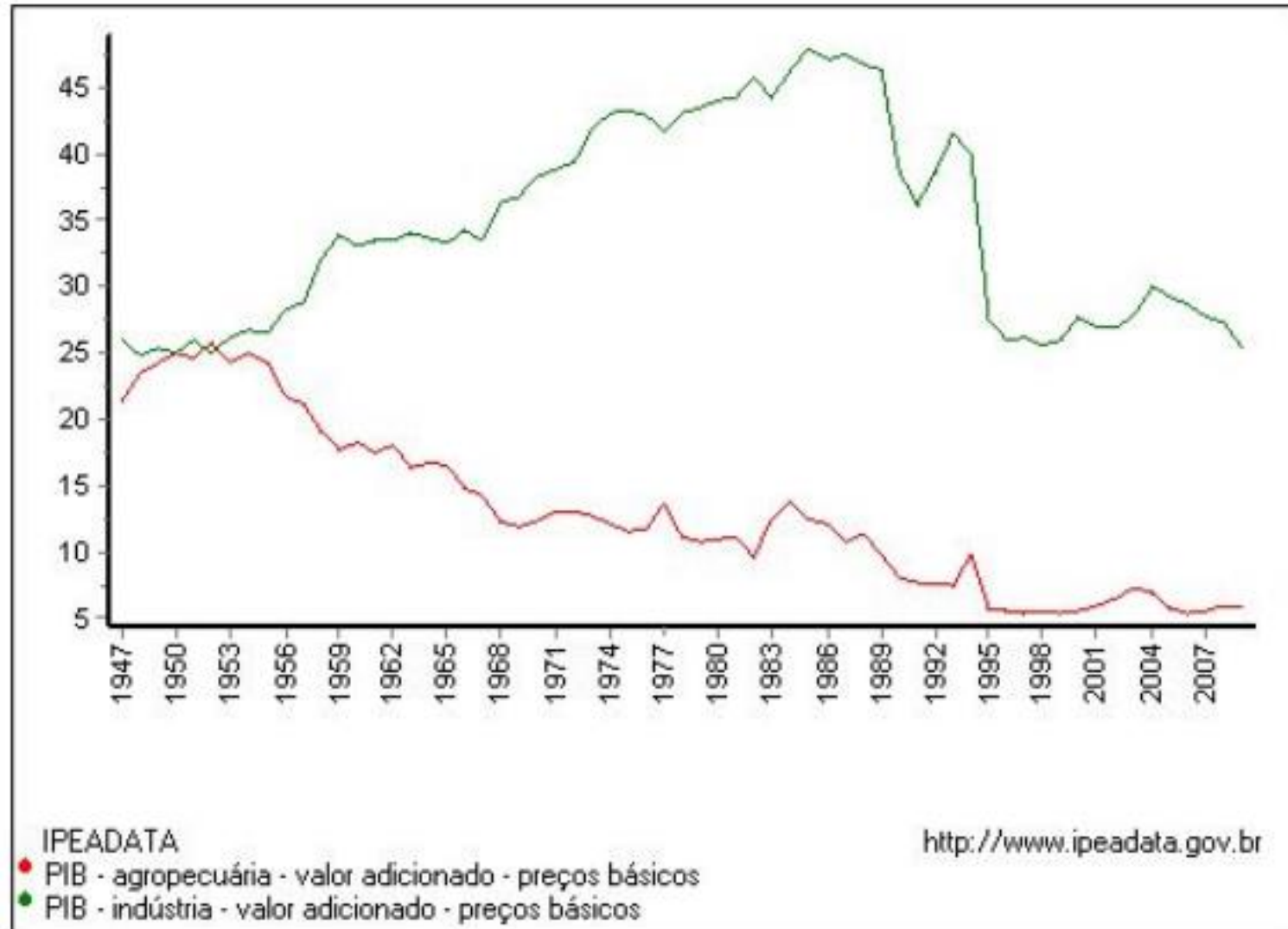
- Industrialização
 - elemento dinâmico até 1980
- **tripé**: Estado, capital privado nacional e estrangeiro
- promoção da substituição de importações
 - proteção**: tarifas, câmbio, barreiras
 - estatais: siderurgia, minério, petróleo, energia
 - incentivos: subsídios, reserva de mercado etc.
 - economia industrial supera a agrícola
- 1930-60: consolidou-se a transição de primários
→ industrial

Crescimento do PIB *per capita*



Agricultura X Indústria

em % PIB



CEPAL: Raul Prebisch – 1949

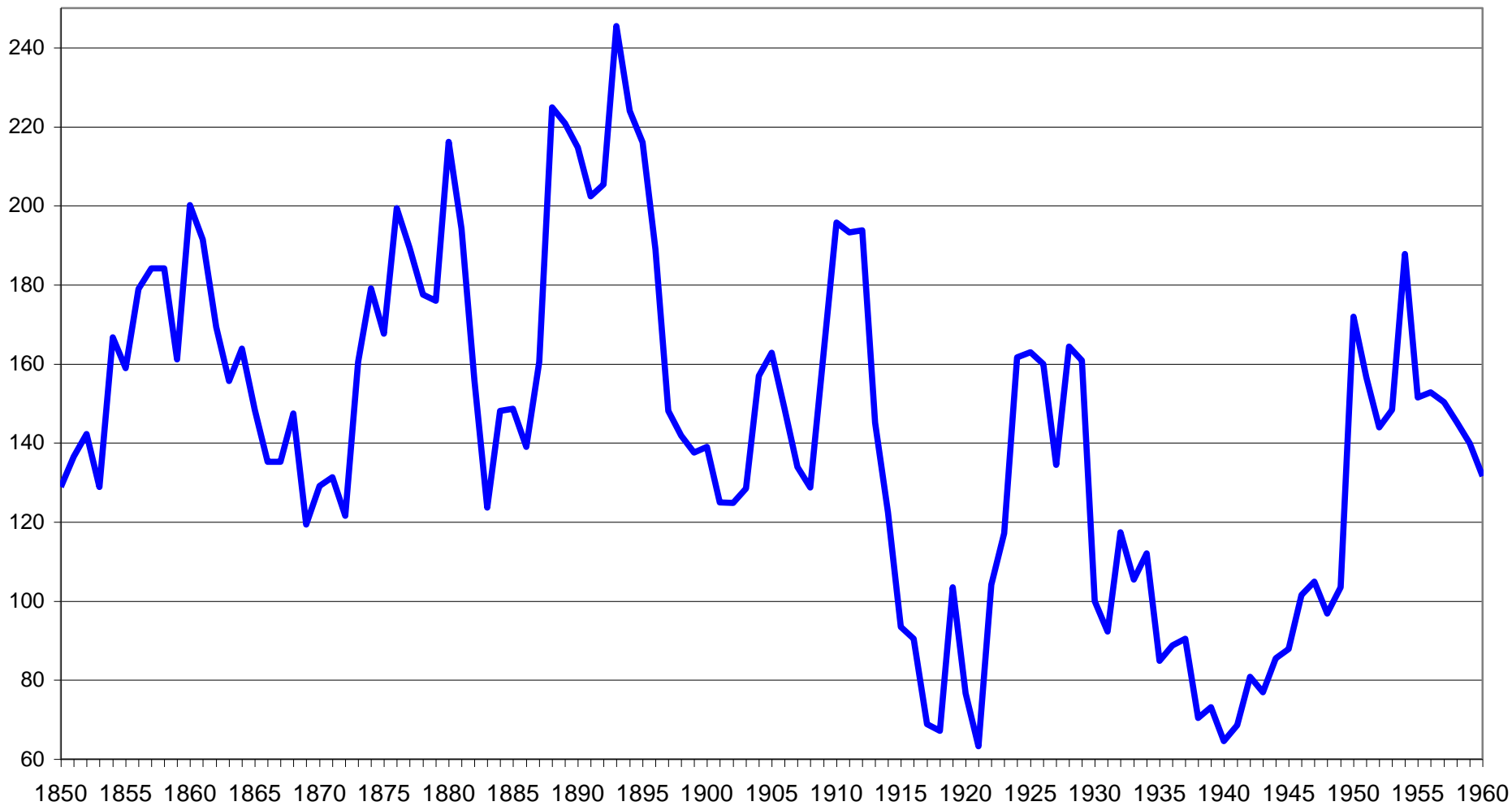
- Não questiona a teoria do comércio exterior
Divisão do trabalho → + produtividade → ↓ P
Remuneração dos fatores aumenta e equilibrada
- **Por que há países ricos e pobres?**
Supõe competição nos mercados de produtos e fatores
- Países centrais
Industrialização pioneira → oligopólio dos produtos
+ produtividade sem retração dos preços → + renda
Repartição dos ganhos com os assalariados
Elasticidade renda elevada dos produtos

CEPAL: Raul Prebisch – 1949

- Países periféricos
 - grande concorrência no mercado de produtos
 - excesso de oferta de mão-de-obra
 - elasticidade renda dos bens reduzida
- Diferença de apropriação do progresso técnico
- **Deterioração dos termos de troca:** P_x/P_m
 - mecanismo de operação da apropriação
 - Ex: Brasil de 1850-2000: retração de 0,6% a.a.
- Empobrecimento das nações Latino-americanas
- **Solução:** industrialização

Índice de Relação de Troca - 1850/1960

1930 = 100



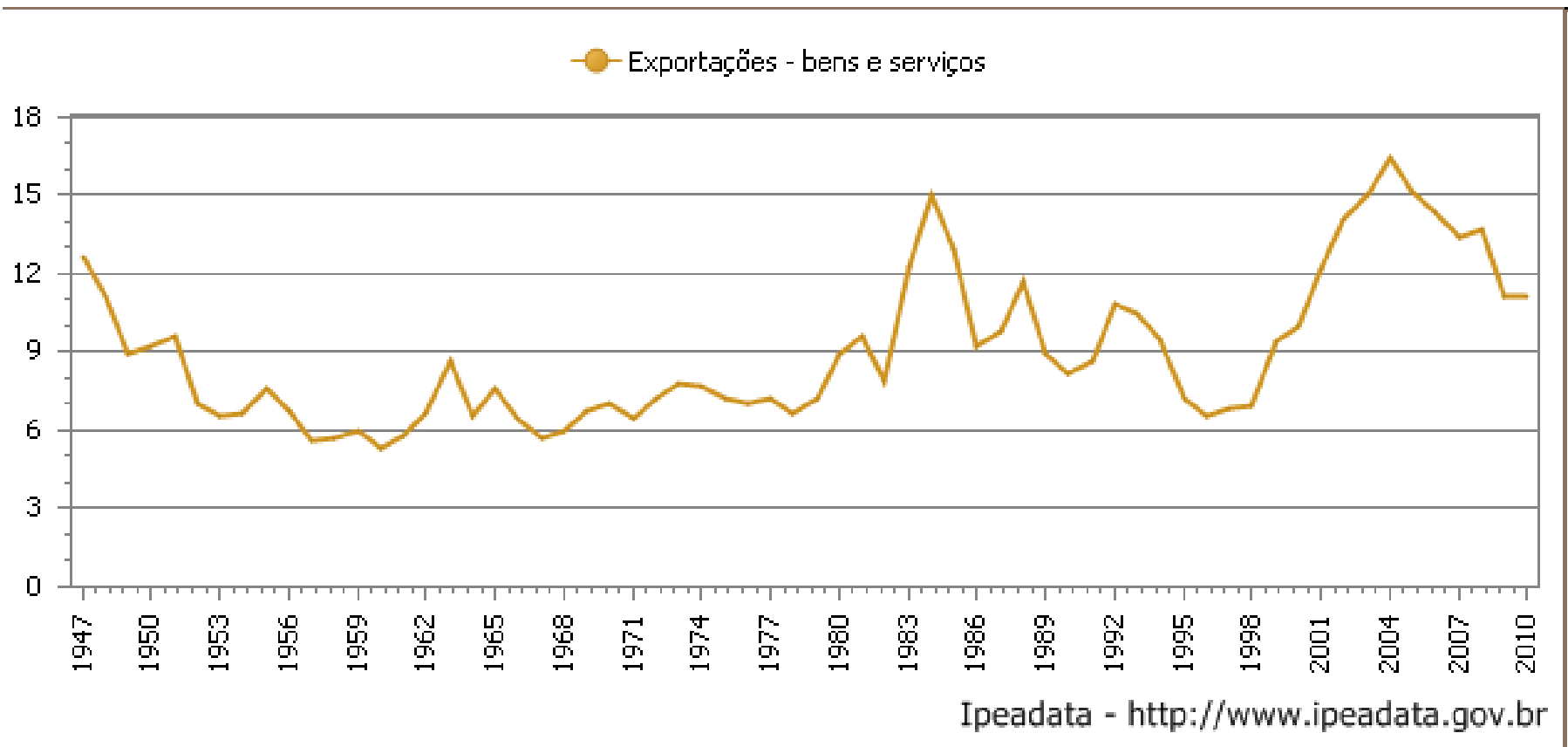
Fonte: FIBGE. Estatísticas Históricas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 599.

Substituição de Importações: Tavares

- desenvolvimento parcial e fechado
resposta às restrições do comércio exterior
- Conceitos:
 - Capacidade de importar: $(P_x \cdot Q_x + \Delta K) / P_m$
 - Estrangulamento externo
limitação da capacidade de importação: excesso de demanda
 - Absoluto: limitação absoluta da capacidade
 - Relativo: deterioração dos termos de troca
 - Ponto de estrangulamento na cadeia produtiva
- Medidas: controle do câmbio e comércio exterior
barreiras às importações: tarifas, quotas etc.

Exportações

(em % PIB)



Dinâmica da substituição

- Defesa da renda interna para indústria
- Seqüência linear da industrialização
 - Bens de consumo leve → consumo → insumos básicos e intermediários → duráveis → capital
 - Primeiro os tecnologicamente mais simples
- Substituição dos finais pressiona a importação
 - demanda matérias-primas, intermediários e de capital
- **Dinâmica não-linear e surtos**
- Contradição interna do processo
- Ondas de substituição não por categoria de bem
 - implantação de intermediários ou até bens de capital desde o início

Industrialização restringida no Brasil: 1930-55

- Condições para o início em 1930
 - Estrangulamento externo duradouro
 - Base industrial prévia
 - Pauta de importações grande e diversificada
- Ruptura do padrão de acumulação cafeeiro → acumulação urbana-industrial
- Industrialização articulada de bens de consumo assalariado e produção
- Estado transforma-se em ente todo poderoso
 - Executor parcial, financiamento, câmbio, preços relativos

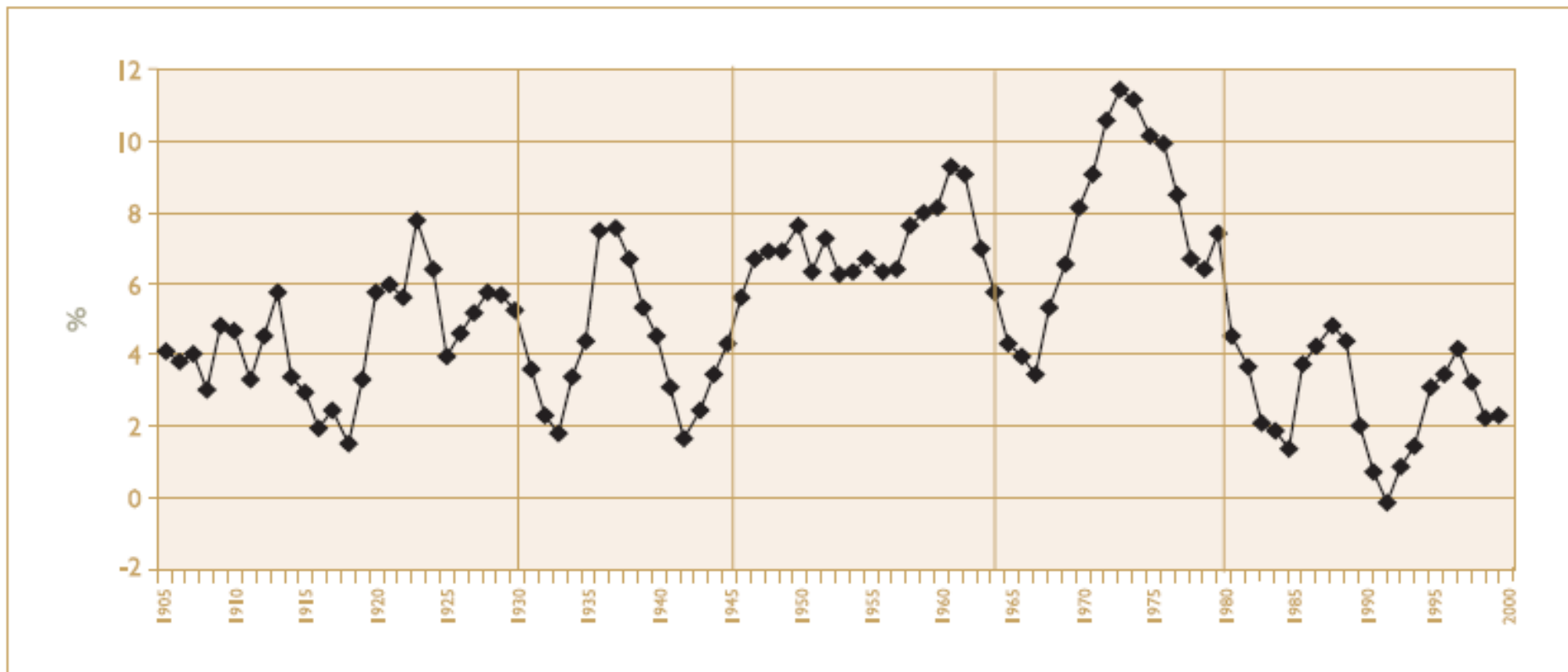
Rompimento dos pontos de estrangulamento

- Aço → CSN (1941)
- Minério → Vale (1942)
- Petróleo → Petrobrás (1953) - monopólio
- Energia → Eletrobrás (1954 → 1962)
- Transportes → DNER (1945) e RFFSA (1957)
- Financiamento → BNDE (1952)
- Bens duráveis → Volkswagen (1957)
- Estatais e órgãos paralelos ao aparelho central da União: maior eficiência

Industrialização e crescimento

- “Sucesso” do Brasil
 - um dos países que mais cresceu
 - 1,57% ao ano Δ PIB per capita de 1870-2001
 - 1,87% dos EUA
- Concentração regional
 - Sul e SE → CO e NO
- Desigualdade de renda
- Maior “sucesso” do que o primário exportador

Gráfico 5 - Médias móveis quinquenais da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB Brasil - 1905-2000



Fontes: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988, 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; Indicadores conjunturais. Contas nacionais trimestrais. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.

Crescimento 1945-64

- Crescimento desde o final da guerra
Plano de Metas auge do período
- Situação externa favorável inicialmente
superávit após 1942 e reservas conversíveis e não
Participação do capital estrangeiro cresce pós 55
- Estado: ação discricionária
regulamentação: café, açúcar, resseguros
legislação trabalhista e previdenciária
estatais: CSN, Vale, BB, BNDE, Petrobras
- Controles cambiais
licenças de importação → taxas múltiplas → tarifas

Limites da substituição

- Tecnologia importada poupa mão-de-obra
K intensiva – fator escasso no país
+ remuneração do capital/trabalho → concentração
- Forças internas limitadas para implementação de base e duráveis, precisa do capital externo
falta de poupança interna → atrofia financeira
receitas do governo limitadas → reformas
- Mesmo após 1960: crises externas afetam o BRA
- Estágio de industrialização:
1956: implementar bens de produção e duráveis
- Dominância do capital industrial na acumulação

Crise dos anos 1960

- Redução do crescimento e mais inflação:
 - Não foi uma grande depressão
redução do ritmo de crescimento
 - Retração dos investimentos
pacote de investimento do Plano de Metas
 - Capacidade ociosa
 - Inflação elevada: pressão salarial, fiscal e M
 - BP: dívida externa curto prazo, falta de capitais
 - Fragilidade fiscal e financeira do Estado

Inflação no Plano Trienal

- Celso Furtado: tentativa de retomada do crescimento
- Estabilização e reformas
- “O dispêndio potencial do Tesouro Nacional, decorrente de autorizações de gastos existentes e de compromissos previsíveis, foi estimado em 1,5 trilhões de cruzeiros para 1963. Pretendesse o governo federal realizar efetivamente esse nível de gastos e a pressão inflacionária aumentaria em cerca de 100% com respeito à observada no ano corrente, levando o país inexoravelmente, à hiperinflação, com risco de paralisação de toda a atividade econômica.” (1963, p. 10).

Reformas de base

- Reforma agrária e urbana
 - Herança “feudal”: gargalo de oferta → ↑P
 - reforma agrária → ↑ produtividade
 - Pagamento com títulos da dívida pública
- Reforma educacional
 - apenas 52% das crianças de 7 a 14 tem acesso ao primário
 - reforma universitária
- Reformas bancárias: BC, banco rural
- Reforma fiscal
 - “obsoleto, pois foi concebido para um país de economia semi-colonial.” (Plano Trienal, p. 194).

Reforma agrária no Trienal

- “nenhum trabalhador que, durante um ciclo agrícola completo, tiver ocupado terras virgens e nelas permanecido sem contestação, será obrigado a pagar renda sobre a terra economicamente utilizada;”
- “todas as terras, consideradas necessárias à produção de alimentos, que não estejam sendo utilizadas ou o estejam para outros fins, com rendimentos inferiores a médias estabelecidas regionalmente, deverão ser desapropriadas para pagamento a longo prazo”

Crise: estrutural X estabilização

- Perda de dinamismo da substituição de importações
 - previsto no modelo - Tavares
- Aumento da relação K/Y : setores novos
 - demanda elevada do fator K – mais escasso
- Capacidade de produção $>$ mercados
 - instalação de plantas grandes
- Demanda de perfil concentrado de renda
 - bens duráveis

Inflação e recessão

- Recessão: crescimento de 0,6%
- Inflação de 83,2% em 1963
- Descontrole das contas públicas
- saída de Furtado no fim de 1963
- salário mínimo estendido ao campo
- Nacionalização
 - Repudia acordo de indenização: AMFORP e ITT
 - Controle dos capitais estrangeiros
- Dificuldades para conseguir novos empréstimos internacionais e piora da balança de pagamentos

Agonia

- Reajuste do mínimo de 100% em fev. 64
Sem reajuste do funcionalismo, até militares
- Revoltas nas forças armadas
- Regulamentação da lei de remessa de lucros
10% do registrado e não considera os reinvestimentos posteriores
- **Radicalização**: isolamento do presidente
 - Comícios: encampação de refinarias
 - desapropriação de terras beneficiadas por investimentos públicos → ameaça comunista
- oposição dos militares, classe média e empresariado – UDN e PSD
 - união dos contrários ao governo, mas heterogêneos

Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o Governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País.

Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo Governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do Governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas re-

9/4/1964

Ato
institucional

Número 1

Promete
eleições
presidenciais
em 3/10/1965

Elio Gaspari

Ditadura envergonhada (2002)

- "Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no 'dispositivo militar' e nas bases sindicais, que cairiam [sic] sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial" (p. 51).
- "A revolta dos marinheiros, na semana anterior, e o discurso de Jango [...], na véspera, desestabilizaram as Forças Armadas. A organização militar, baseada em princípios simples, claros e antigos, estava em processo de dissolução. Haviam sido abaladas a disciplina e a hierarquia." (p. 91).
- **Gorender** em *Combate nas Trevas*: "o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século [XX]. O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse." (p.66-7)

Crise em 1964

“Instabilidade governamental, desintegração do sistema partidário, virtual paralisa da capacidade decisória do Legislativo, atitudes equívocas por parte do Presidente Goulart, quando nada com respeito a sua sucessão; a ameaça representada por uma reforma agrária mal definida; inquietação militar em face da tolerância do governo aos motins dos sargentos; e radicalismo crescente, tanto da direita como das esquerda (...), tudo isto complementado pela inflação em altas e, naturalmente, pelo fantasma assustador da revolução cubana” (J. G. Merquior, 1986, p. 284)

Governo Militar

Abreu, 8-9

Giambiagi, 3

Gremaud, 15

4 – Plano de Ação Econômica do Governo: 1964-66

- Diagnóstico
 - Inflação de demanda e déficit público → ↑ M^s
 - Déficit da Balança de pagamentos
 - estagnação
- Objetivos
 - Estabilização e controlar o déficit público
 - Reduzir o déficit da Balança de pagamentos
 - Retomar o crescimento → Reforma do Estado

Castelo Branco - 1965

Para deter êsse descalabro financeiro e econômico, que trazia no bôjo a agitação social e o crescente descrédito no estrangeiro, impôs-se, a par de um cuidado plano de recuperação, a adoção de drásticas medidas, que, na sua fase inicial, se apresentam como pesado encargo para tôda a população nacional. Infelizmente, não há como evitá-lo. Nenhum país, havendo atingido nível inflacionário igual ao que avassalou o Brasil, logrou retomar a normalidade senão à custa de dolorosos sacrifícios. Sacrifícios que os brasileiros, esperançosamente voltados para o futuro, e numa demonstração de confiança na austeridade e capacidade do Governo, têm sabido suportar de maneira verdadeiramente admirável.

A - Reforma do Estado

- Fazenda
 - Octavio Bulhões
- Planejamento
 - Roberto Campos
- Sucesso do plano depende das reformas
- Recuperação das bases fiscais
- regulamentação da economia
- capacidade de execução da política econômica
- **Imaginação reformista: Simonsen**
 - Equacionamento dos problemas

Ficção da moeda estável na lei

- Crise monetária, cambial e financeira dos anos 30
 - contratos em moeda estrangeira: Código Civil de 1916
 - Juros legais de 6% ou convencionados pelas partes
- contratos somente em moeda nacional após 33
 - Proibição de depósitos em moeda estrangeira: 1932
 - Nulo contrato com valor em ouro ou moeda estrangeira
 - Curso forçado da moeda nacional sem lastro
- Lei da usura de 1933
 - Limite dos juros nominais de 12%
- **Solução:** correção monetária
 - reconhecer a existência da inflação na legislação
 - indexação parcial → generalização

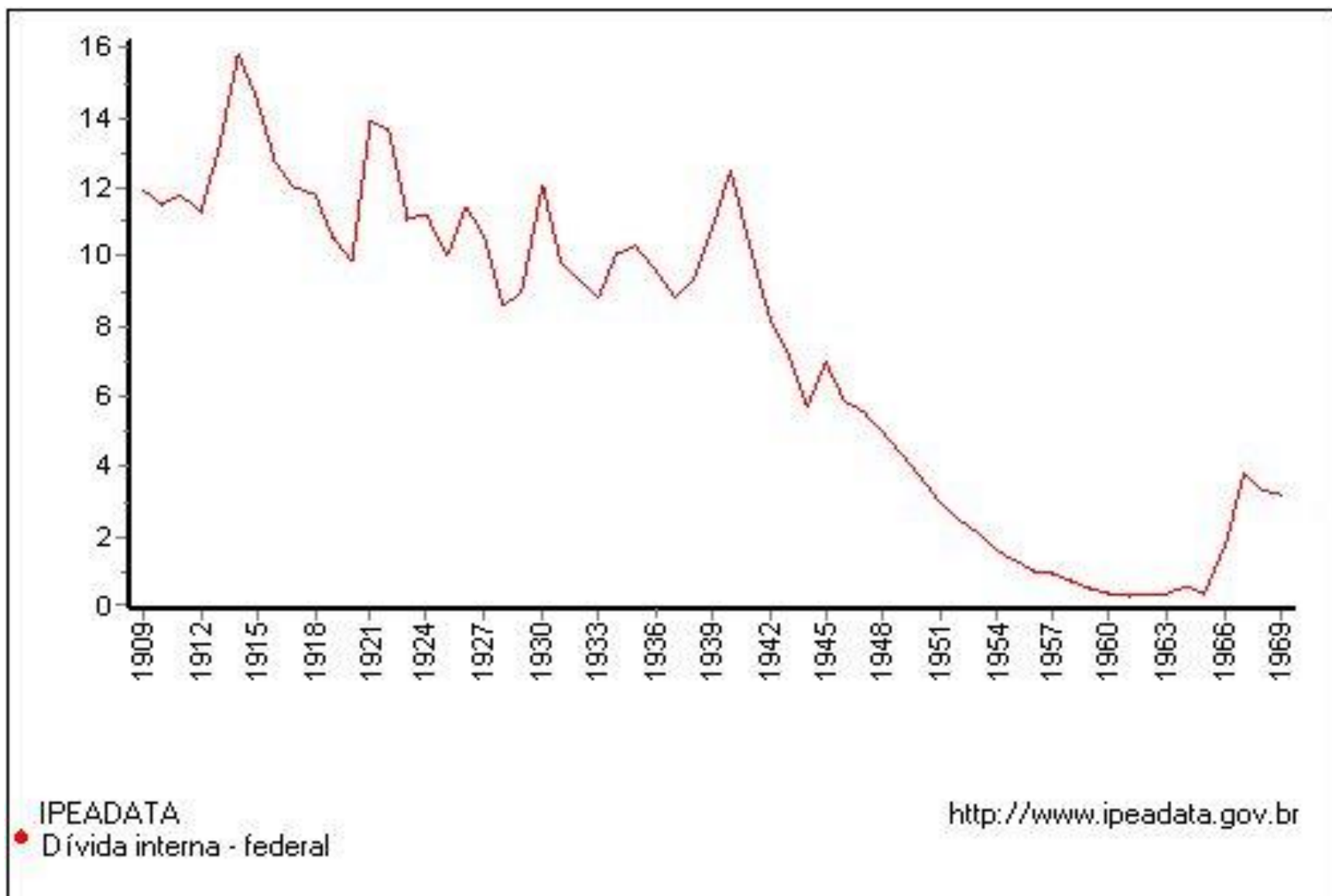
Indexação e usura em 1930

- Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933
 - “É vedado, e será punido nos termos desta lei, estipular em quaisquer contratos taxas de juros superiores ao dobro da taxa legal (Código Civil, artigo 1.062)” - 6% ao ano
 - anatocismo – proibição de juros compostos
- Decreto 23.501 de 27/11/1933
 - “É nula qualquer estipulação de pagamento em ouro, ou em determinada espécie de moeda, ou por qualquer meio tendente a recusar ou restringir, nos seus efeitos, o curso forçado do mil-réis papel.”
 - fim da “cláusula ouro”

Expansão da Correção monetária

- títulos públicos: ORTN (Lei 4.357 de jul. 1964)
 - juros de 6 a 10% ao ano + correção monetária
 - prazo maior de 3 anos, posta pela cotação em Bolsa
 - manutenção do capital de giro
- Imobiliário urbano (ago. 1964)
 - aluguéis e novas residências
 - letras imobiliárias: juros de 8% e prazo maior de 2 anos
- Mercado de capitais (jul. 1965)
 - letras de câmbio, debêntures e depósitos a prazo
 - prazos menores de 1 ano
- Poupança em 1967
 - juros 6% ao ano + correção monetária
- Câmbio em 1968

Dívida Interna Federal (% PIB)



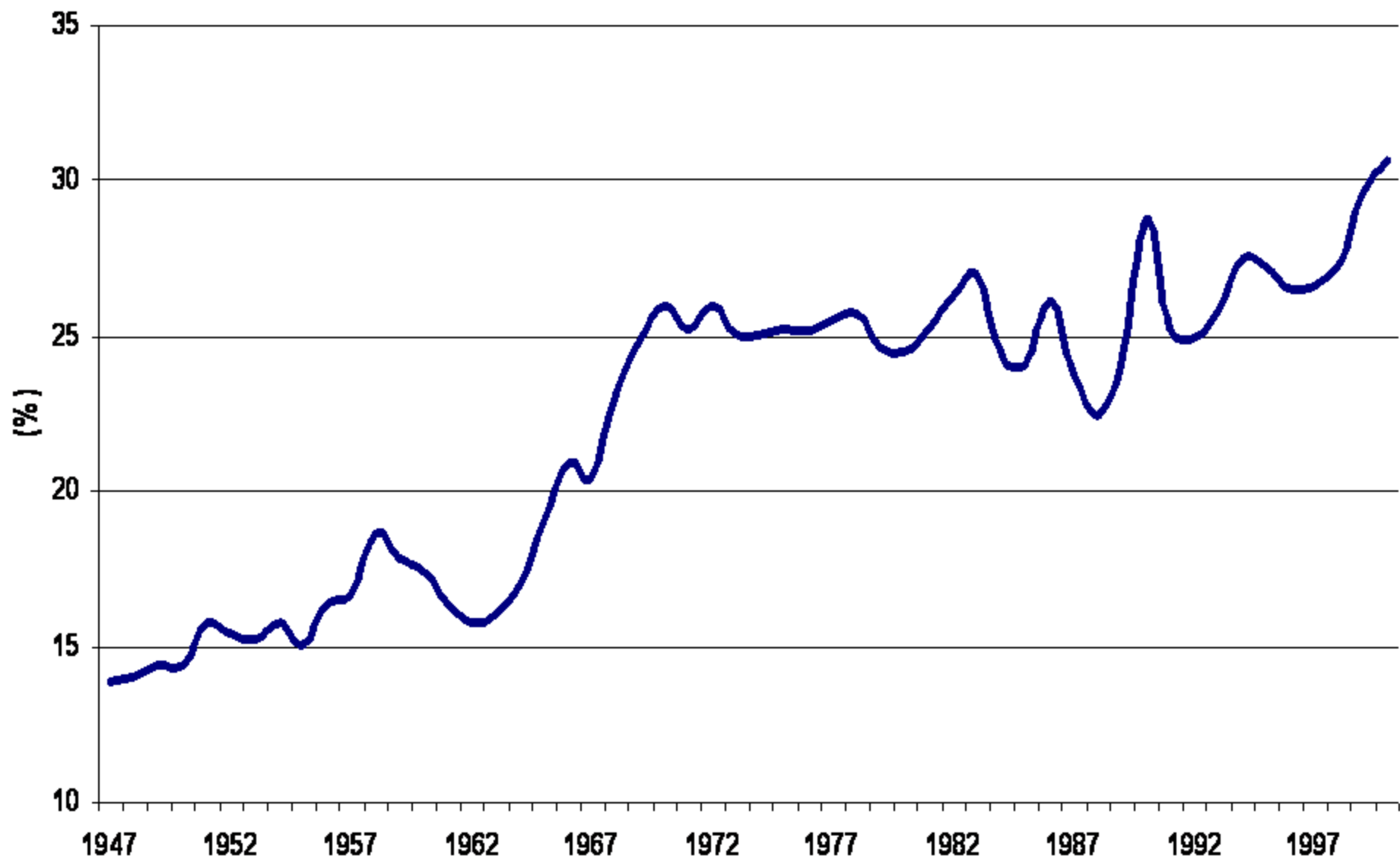
Desordem tributária

- falta de adaptação da lei fiscal à inflação
 - correção dos ativos (1958) sem depreciação → lucros ilusórios
 - multas abaixo da inflação → incentivo ao atraso
 - imposto sobre o lucro imobiliário → menor valor
- Tributações ineficientes
 - impostos em cascata → incentivo à verticalização
 - imposto sem funcionalidade econômica: selo e profissões
 - descoordenação entre entes federativos
- Solução mudar o sistema tributário

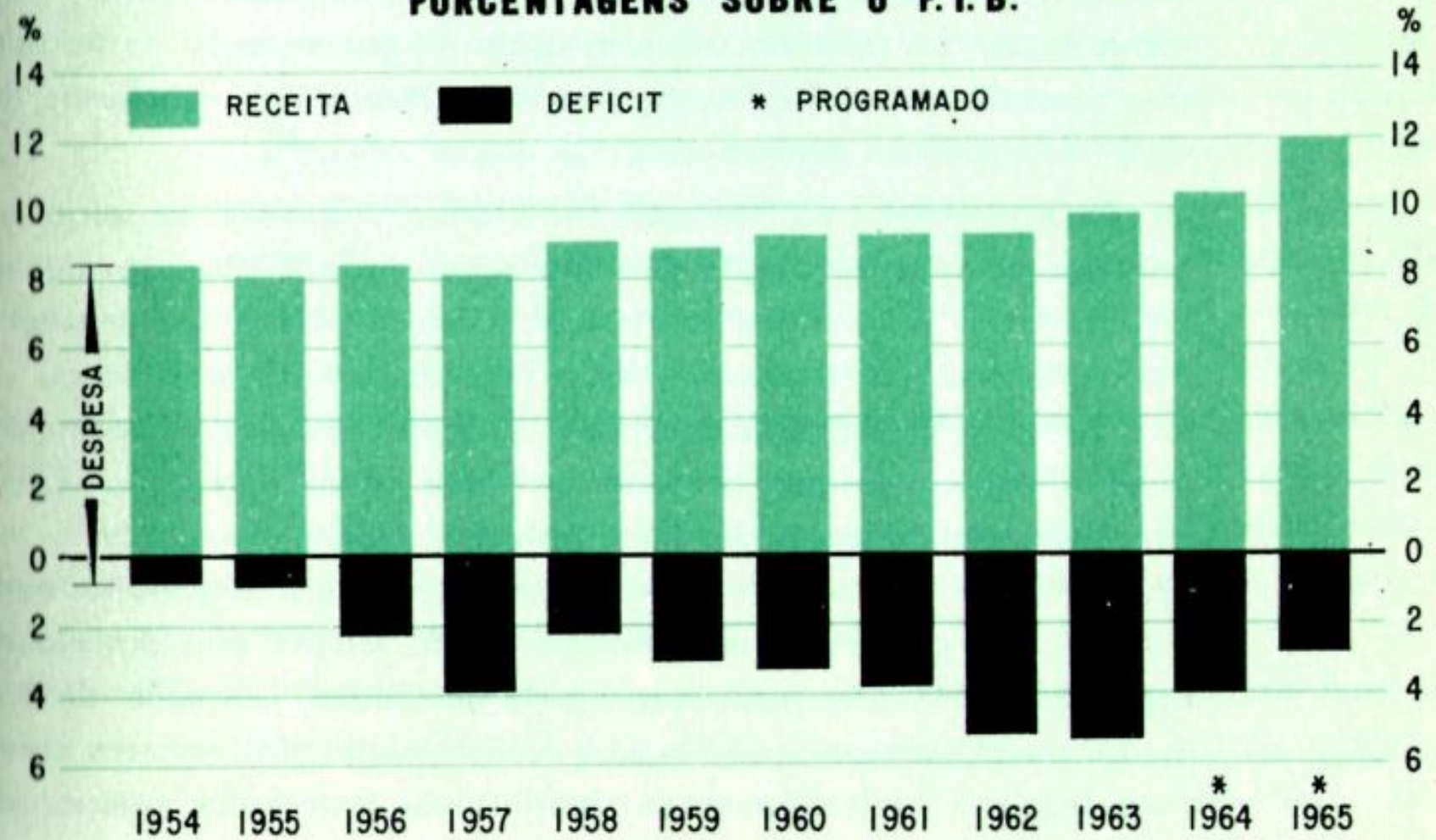
Reforma tributária

- melhorar a arrecadação: receita, eficácia e eficiência
 - correção monetária da legislação fiscal
 - imposto sobre valor adicionado
 - extinção do imposto do selo e profissões
 - arrecadação por meio dos bancos
 - consumo IC → IPI (1966-67)
 - vendas e consignações → ICM
 - selo → IOF e ISS
- distribuição dos impostos:
 - União: IR, IPI, ITR Estados: ICM, ITCMD, IPVA e FPE (14%), Municípios: ISS, ITBI, IPTU e FPM (21,5%)
 - Fundos parafiscais: FGTS, PIS/PASEP, Funrural

**Gráfico 1. Evolução da Carga Tributária Bruta sobre o PIB
Brasil 1947 - 2000**



RECEITA, DESPESA E DEFICIT DE CAIXA DA UNIÃO PORCENTAGENS SÔBRE O P. I. B.



Lacunas do sistema monetário e financeiro

- Tesouro emissor de moeda até 1964
- SUMOC órgão normativo: câmbio, finanças
- BB: redescontos, Caixa de Mobilização, banco do Tesouro
- desestímulo a poupança em ativos financeiros
 - lei da usura e cláusula ouro dos anos 30
- sistema financeiro atrofiado: curto prazo
 - somente descontos e letras de câmbio: 6 a 24 meses
 - crédito de longo prazo: BNDE e Caixas Econômicas
 - dependência do capital próprio: reinvestir os lucros

Castelo Branco - 1965

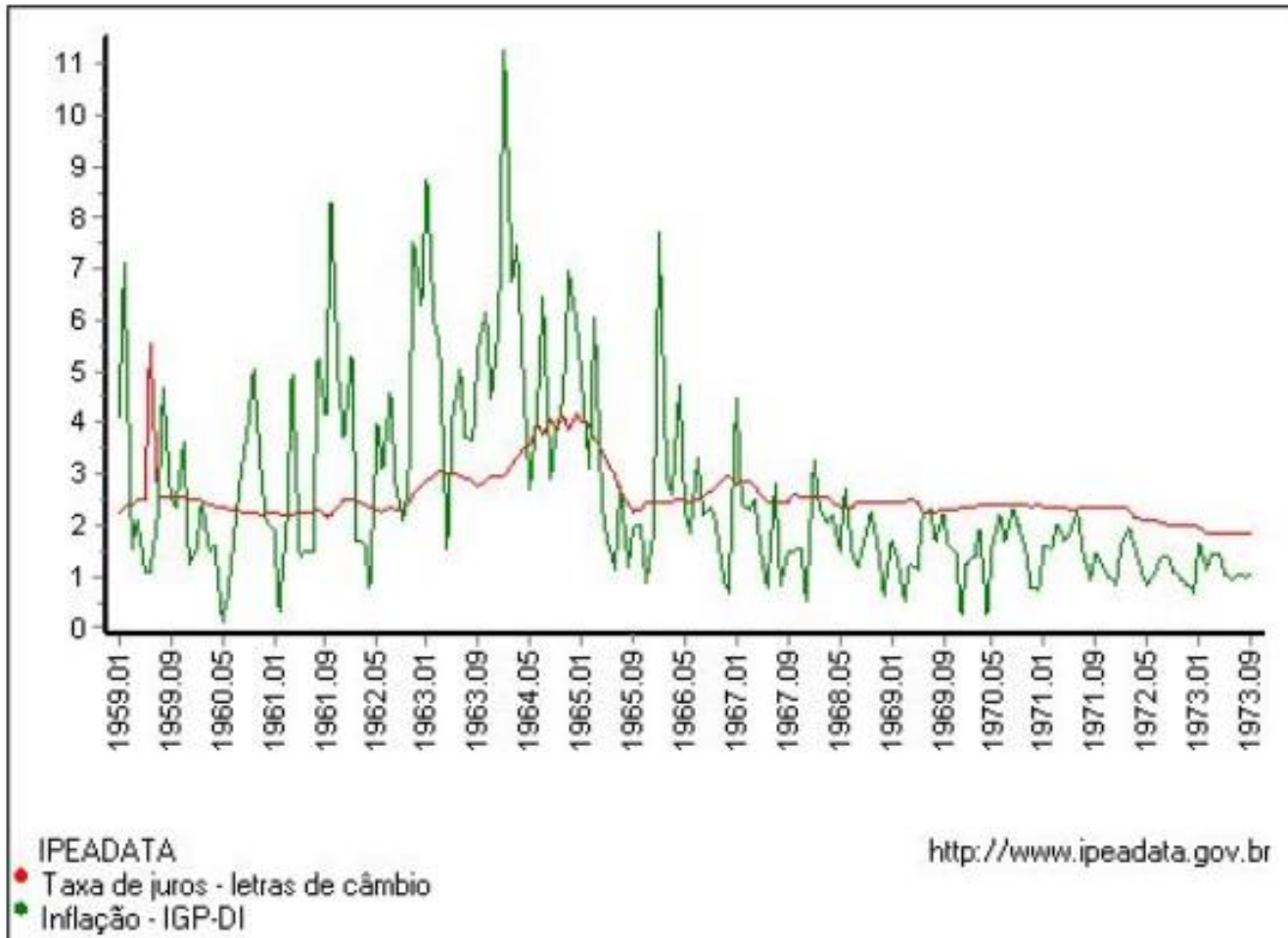
A Reforma Bancária

Também a Reforma Bancária, há muito debatida pelo Parlamento, foi transformada em Lei no final do ano passado. Como é do conhecimento geral, o Brasil era dos poucos países do mundo onde persistia um Banco Central do tipo misto, — um Banco do Brasil que ao mesmo tempo servia de Banco do Governo, de Banco dos Bancos e de Banco Central. Ao mesmo tempo, as Autoridades Monetárias ficavam inteiramente sob a sujeição do poder executivo, transformando-se assim a política monetária num apêndice sem autonomia da política fiscal. Esse quadro institucional favorecia a expansão monetária descontrolada e o relaxamento dos *deficits* públicos.

A Lei Bancária aprovada não muda de forma abrupta esse quadro, mas estabelece a adequada transição para um sistema

Juros reais negativos

(ao mês)



Reforma financeira

- criação do Bacen e CMN em 1964
 - câmbio, meio circulante e redesconto
 - limite: conta movimento e Bacen emitindo títulos
- BB agente financeiro do Bacen e administra políticas setoriais (café, preços mínimos)
- reforma financeira: especialização e segmentos
 - Bancos: comercial, investimento, desenvolvimento e financeira
 - Mercado de capitais: bolsa, corretora e distribuidora
- Sistema Financeiro da Habitação (1964)
 - Banco Nacional da Habitação, Caixa, associação de poupança e empréstimos, Sociedade de Crédito Imobiliário
 - capitalizado pela poupança, letras e FGTS

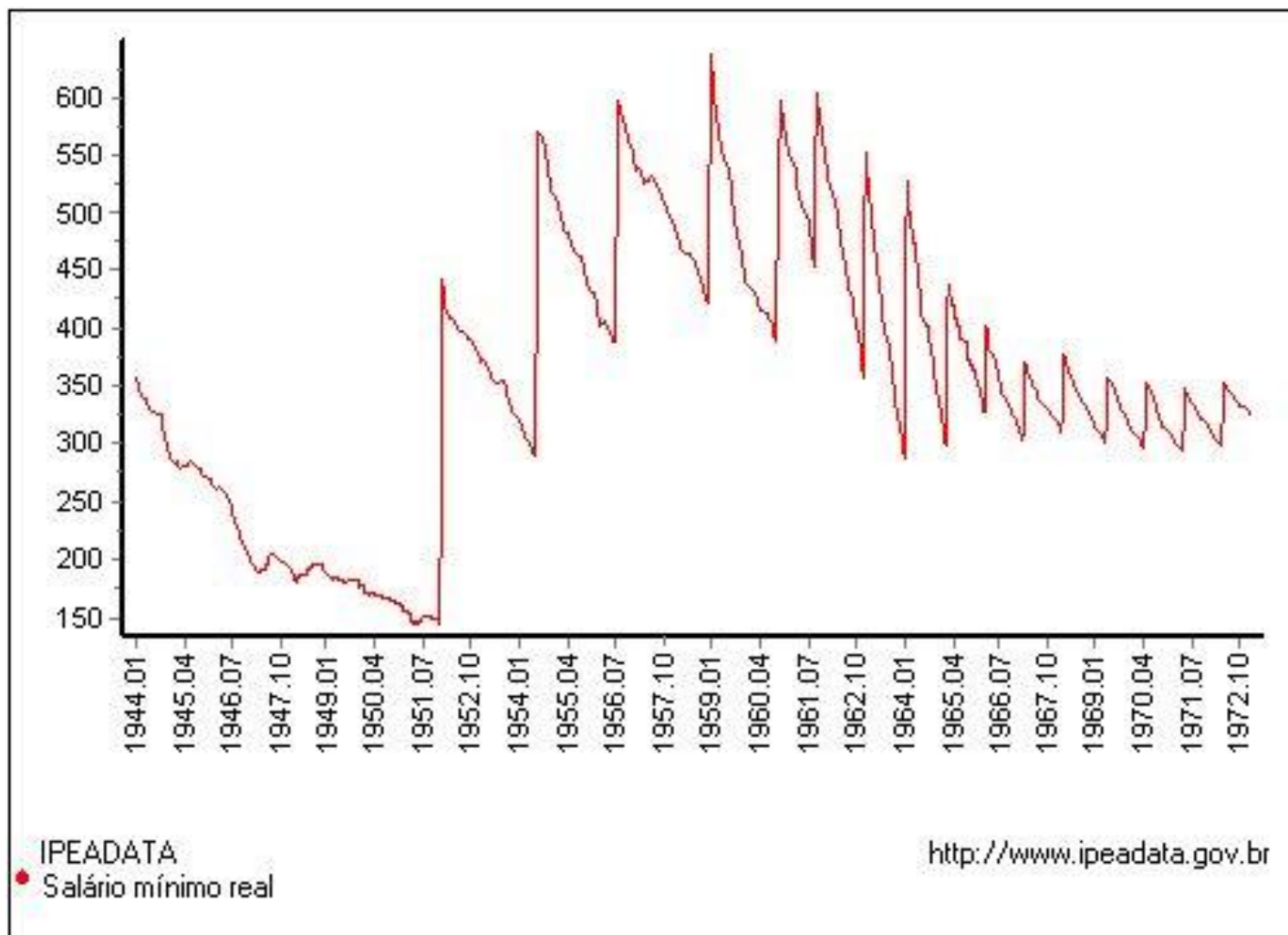
Atritos da legislação trabalhista

- reajustes fonte de atrito de trabalhadores e empresários: falta de critérios
- sindicatos fortes → maiores reajustes ex: portuários
- lei de participação no lucro não implementada
- CLT estabilidade do funcionário: > 10 anos
- enorme passivo trabalhista
- Solução: fundos parafiscais
 - FGTS: 8% do salário em 1966
 - PIS: 1970 0,5% do faturamento,
 - INPS: 1967 – reunindo os seis Institutos de Aposentadorias

B - Estabilização

- período inicial mais ortodoxo
- estratégia gradualista: receio da crise
apoio popular → meta de crescimento de 6%
- diagnóstico da inflação
desordem das contas públicas → $\uparrow M$
política salarial: reajustes além da produtividade
excessiva expansão monetária $M \rightarrow P$
pressões de demanda entre setores
desvalorização cambial → π limitado (pass-through reduzido) até 1964

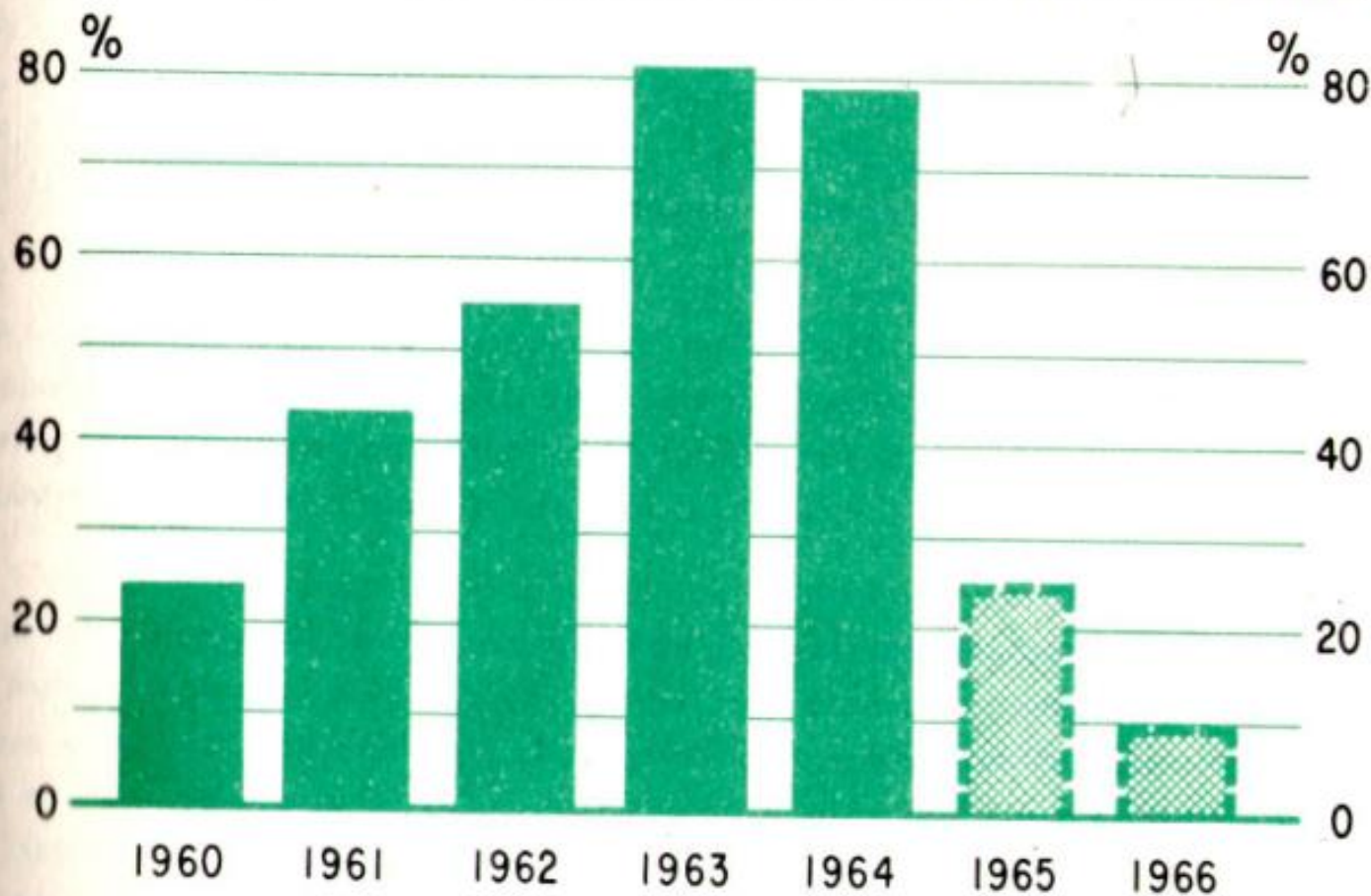
Salário mínimo real



Política monetária

- Expansão a taxas decrescentes
- Estratégia *stop and go*
- Restrição ao crédito e a oferta de moeda
- Metas de expansão monetária
 - 70% em 1964, 30% em 1965 e 15% em 1966
- Metas de inflação
 - 70% em 1964, 25% em 1965 e 10% em 1966
- Choques monetários
 - final de 1964 e muito forte em fins de 1966
 - frouxo em 1965: $\Delta M > \Delta P \rightarrow$ compra de reservas

CONTENÇÃO DO PROCESSO INFLACIONÁRIO



O Programa de Ação prevê a contenção do aumento dos meios de pagamento a níveis compatíveis com um aumento geral de preços de apenas 25% em 1965 e 10% em 1966.

Estratégia liberal: gradualista

- Conter o processo inflacionário
 abre mão do crescimento elevado
- Controla o excesso de demanda
 redução de subsídios e investimentos públicos
 melhora da arrecadação
 reajuste de tarifas e aluguéis - corretivo
 desvalorização cambial
- Balanço de Pagamentos
 redução tarifária linear (1967) e liberalização do câmbio

Política salarial

- Objetivo: manter a participação no produto
- Coordenar os reajustes e corrigir distorções entre setores
- Regra de reajuste anual
salário médio real dos últimos 24 meses + Δ
produtividade e metade da inflação futura
- **Arrocho salarial:** resíduo inflacionário
- Resultado: declínio dos salários reais médios
- Aceitação pelos trabalhadores em razão da falta de democracia e dos sindicatos fracos
proibição das greves em atividades “essenciais”

Custo da estabilização

- Hiato do produto
 - + falência e concordadas → pequenas empresas
 - arrocho salarial
- Economia menos integrada e internacionalizada
 - preços flexíveis
- Não havia indexação generalizada
- Boa safra agrícola em 1965
- Falta de pressão externa
 - mais empréstimos externos: inicialmente públicos, mas depois privados também

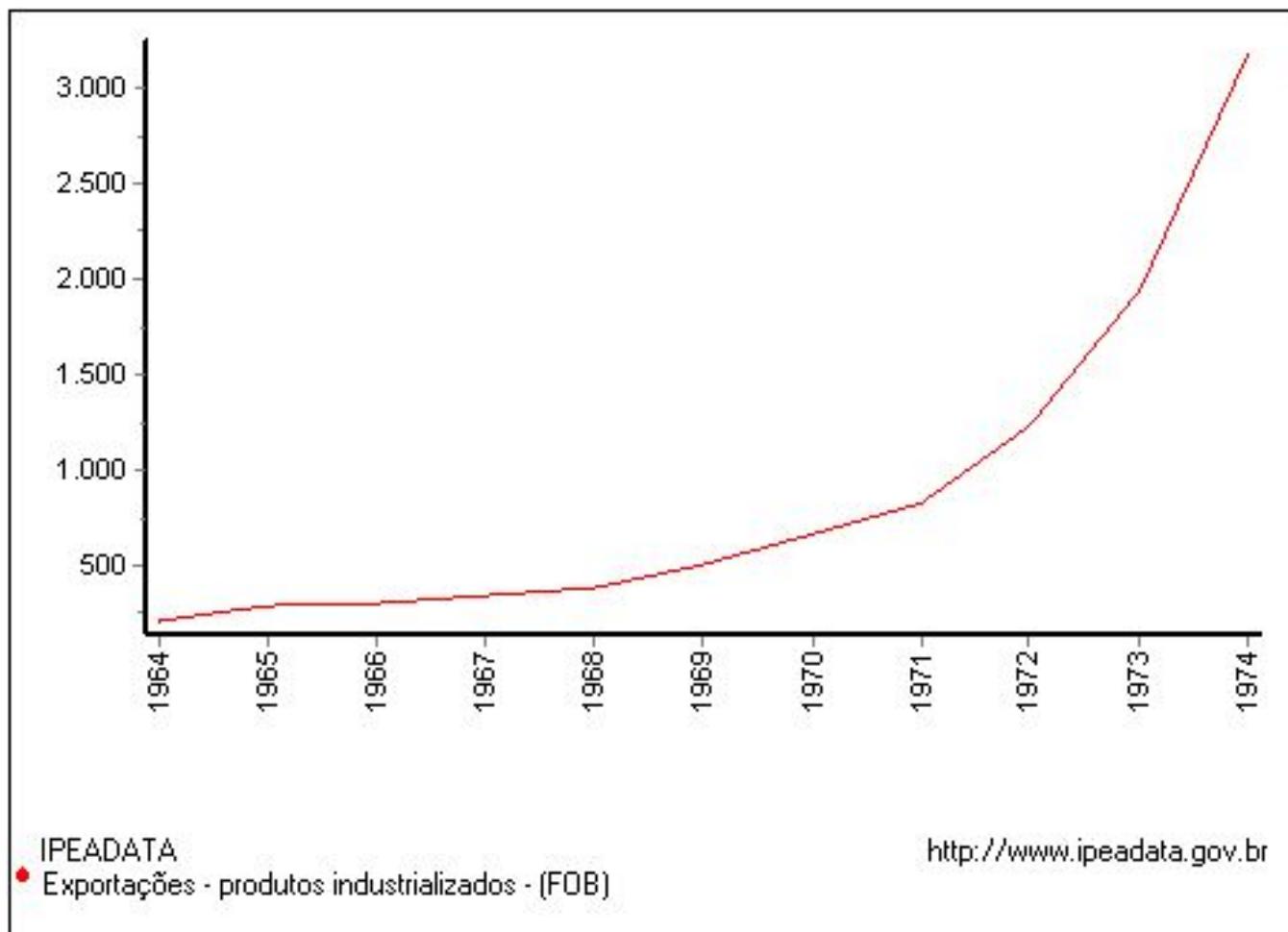
Ambiente externo favorável

- Economia mundial em crescimento
 - boom das commodities
 - intensificação da guerra do Vietnã: + demanda
- Câmbio: fixo e único
 - $\pi_{BR} > \pi_{EUA} \rightarrow$ desvalorização periódica
 - eliminação das taxas múltiplas de câmbio
- Reforma tarifária em 1966
 - redução dos níveis de tarifas
- Capital
 - renegociação da dívida e acesso ao recurso externo
 - incentivo ao ingresso de capitais e cooperação
 - aliança para o progresso: apoio dos EUA

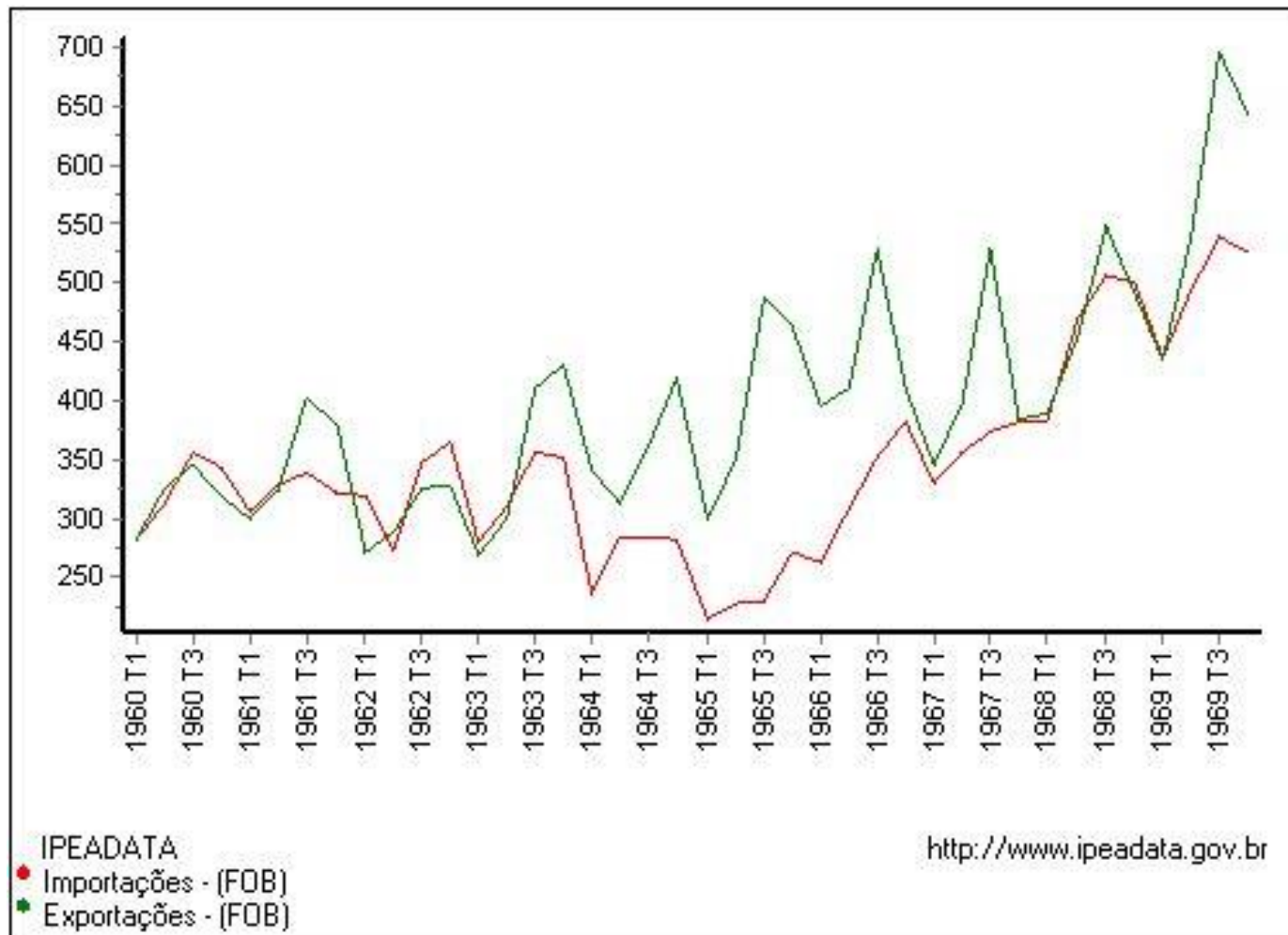
Exportações e Saldo Comercial

- Incentivos fiscais
- Utilizar melhor a capacidade produtiva interna
- Diversificação da pauta de exportações
crescimento maior da de manufaturados
- Cresce o saldo comercial
mas nem tanto exportações
- Acúmulo de divisas → pressão monetária

Exportação de industrializados



Exportações X Importações



Resultados: inflação e PIB

- Inflação ainda elevada em 1964
correção dos preços e salários públicos
- Retração da inflação, mas menor que meta
39,5% IGP em 1966 X 10% meta
- Resistência da inflação: inércia
indexação dificulta?
- Inflação corretiva: aluguéis, tarifas, servidores
- Reduzido crescimento continua
Produção industrial retraiu 4,7% em 1965

Resultados: fiscal e externo

- redução do déficit público
4,2% PIB em 1963 → 1,1% em 1966
- melhor financiamento do déficit público
Desde dos anos 1950 déficit financiado com moeda
Moeda 85,7% em 1963 e 13,6% em 1966
cresce a dívida interna no PIB
- Elevação da carga tributária
16% PIB em 1963 e 21% em 1967
- crescimento das exportações de manufaturas
- reformas institucionais ajudam na retomada do crescimento após 1966

PAEG: conclusão

- Não foi plenamente ortodoxo
- Gradualismo:
 - Preocupação em manter o produto
- Conflitos distributivos: pressões reais
 - solução por meio do arrocho salarial e peq. empresas
- Conter a inflação de demanda
 - sem gerar inflação de custo
- Reformas necessárias → bases para o milagre
 - tributária, financeira e monetária
- Piora na distribuição de renda
 - Gini 0,5 em 1960 → 0,57 em 1970
- Herança de indexação dos salários e preços

Retração do crescimento

- Retomada do crescimento após 1968
 - Reformas e financiamento externo
 - grandes projetos de investimento público
- Década de 1980
 - crise da dívida externa → desequilíbrio interno
 - inflação e estabilização: planos
- Década de 1990
 - Plano Real em 1994: estabilidade → manutenção
- Novo modelo de crescimento
 - Abertura comercial e financeira
 - Estado concentra nas funções clássicas: privatização